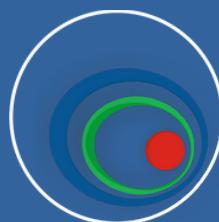

ISSN: 2764-7498

INFORMATIVO NECAT

nº45

NOVEMBRO/2025



NECAT
NÚCLEO DE ESTUDOS DE
ECONOMIA CATARINENSE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA
CATARINENSE**

Coordenador

Lauro Mattei | Prof. do Departamento CNM/UFSC

Corpo Editorial

Beatriz Mioto | Doutora em Economia/UNICAMP e Profa. de Economia/UFABC

Clecio Azevedo da Silva | Prof. do Departamento GCN/UFSC

Ivo Marcos Theis | Prof. de Economia/FURB

Juliano Luiz Fossá | Doutor em Administração/UFSC

Comitê Científico

Lauro Mattei | Prof. do Departamento CNM/UFSC

Jaime Cesar Coelho | Prof. do Departamento CNM/UFSC

Guilherme de Oliveira | Prof. Do Departamento CNM/UFSC

Equipe Técnica

Samya Campana | Mestre em Economia e Doutora em Educação/UFSC

Kauê Soares Alexandre | Estudante de Economia/UFSC

Tamires Boing | Estudante de Economia/UFSC

Rafael Nicolo Serra Ferreira | Estudante de Economia/UFSC

Gabriel Schwalbe Hoffmann | Estudante de Economia/UFSC

João Marcelo Sovinski | Estudante de Economia/UFSC

Rafaella Rodakevicz Ferraz | Estudante de Economia/UFSC

Renan Angst Marcomini | Estudante de Economia/UFSC

Júlia Lucena Piccoli | Estudante de Economia/UFSC

Jorge Alexandre Otto | Estudante de Economia/UFSC

Endereço

NECAT - Núcleo de Estudo de Economia Catarinense. Departamento de Economia e Relações Internacionais.

Centro Socioeconômico | Campus Trindade
Universidade Federal de Santa Catarina
CEP: 88040-900 Florianópolis, SC - Brasil
Email: necat.ufsc@gmail.com
Telefone: (48) 3721-6550

SUMÁRIO

TEMAS DE CONJUNTURA INTERNACIONAL

01 A POLÍTICA DE TRUMP TERMINARÁ EM LÁGRIMAS

Desmond Lachman

04 PROBLEMAS COM AS TARIFAS DE TRUMP

Paul Krugman

08 DA CHINA, COM INVEJA

Paulo Nogueira Batista Jr.

14 COP 30: NÃO É BRINCADEIRA

Michael Roberts

TEMAS DE CONJUNTURA BRASILEIRA

23 A TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

Marcio Pochmann

TEMAS DE ENSINO ECONÔMICO

26 DÍVIDA PÚBLICA, RIQUEZA PRIVADA

André Lara Resende

32 SOMOS HUMANOS OU HOMO ECONOMICUS? POR QUE A ECONOMIA PRECISA EVOLUIR E IR ALÉM DO CRECIMENTO?

Kate Pickett

TEMAS DE ECONOMIA CATARINENSE

37 PRODUÇÃO INDUSTRIAL CATARINENSE CRESCEU 1,5% EM SETEMBRO DE 2025

Gabriel Schwalbe Hoffmann

54 SANTA CATARINA REGISTROU LEVE RECUPERAÇÃO DO VAREJO AMPLIADO EM SETEMBRO/25

Rafael Nicolo Serra Ferreira

TEMAS DE MERCADO DE TRABALHO DE SC

66 SETORES DE SERVIÇOS E COMÉRCIO SUSTENTARAM O SALDO DE EMPREGOS FORMAIS EM SANTA CATARINA NO MÊS DE SETEMBRO/25

Tamires Boing

João Marcelo Sovinski

Renan Angst Marcomini

A POLÍTICA DE TRUMP TERMINARÁ EM LÁGRIMAS

*Desmond Lachman**

O presidente dos EUA, Donald Trump, suspendeu as negociações comerciais com o Canadá e anunciou uma tarifa adicional de 10% sobre produtos canadenses, em resposta a um comercial de televisão financiado por Ontário que utilizou um áudio do ex-presidente Ronald Reagan denunciando tarifas. O episódio é revelador. Mais uma vez, Trump finge defender os princípios econômicos de longa data do Partido Republicano, enquanto implementa políticas que representam uma rejeição total a esses princípios.

Muitos dos apoiadores de Trump acolhem bem essa mudança, mas devem ter cuidado com o que desejam. A história está repleta de exemplos de populismo ao estilo Trump que levaram à alta inflação e ao fracasso econômico, e os eleitores de Trump — desde os produtores de soja do Meio Oeste até os eleitores da classe trabalhadora na Flórida que estão prestes a perder seus planos de saúde — agora começam a pagar o preço.

Se o Partido Republicano, de Calvin Coolidge a George H.W. Bush, representava algo, ao menos em princípio, era a necessidade de equilibrar o orçamento e manter a dívida nacional sob controle, em vez de sobrecarregar as gerações futuras com as consequências da prodigalidade atual. Como teria dito o ex-presidente americano Herbert Hoover: "Bem-aventurados os jovens, pois herdarão a dívida nacional". Mas não se trata apenas de justiça geracional. O historiador econômico Niall Ferguson argumenta que a dívida "sempre foi a ruína das grandes potências".

Mas, ao invés de frear o acúmulo da dívida pública americana, Trump implodiu o orçamento insustentável que herdou, aprovando uma legislação tributária e de gastos abrangente que, segundo estimativas do Escritório de Orçamento do Congresso, adicionará cerca de US\$ 3,4 trilhões ao déficit orçamentário na próxima década. Isso manterá o déficit acima de 6% do PIB num futuro próximo, com a relação dívida pública/PIB atingindo 128% — semelhante ao nível observado na Grécia no início de sua crise da dívida soberana em 2010 — dentro de uma década.

* Desmond Lachman, pesquisador sênior do American Enterprise Institute, é ex-diretor adjunto do Departamento de Desenvolvimento e Revisão de Políticas do Fundo Monetário Internacional e ex-estrategista econômico-chefe para mercados emergentes da Salomon Smith Barney. Artigo publicado originalmente no Project Syndicate em 12.11.2025

Outra prioridade republicana tradicional que Trump rejeitou é o livre comércio. Desde sua posse, o autoproclamado "Homem das Tarifas" elevou a taxa média efetiva de tarifas de menos de 3% para cerca de 17,5% – o nível mais alto em quase um século. Refletindo sua visão simplista e de soma zero do comércio internacional, Trump afirma que isso reduzirá o déficit comercial dos Estados Unidos.

Mas Trump também usou tarifas para obter concessões políticas de parceiros comerciais dos EUA. Antes de punir o Canadá por causa de um anúncio de televisão, Trump impôs tarifas de 50% sobre todas as importações americanas do Brasil como punição pela perseguição judicial movida pelo país contra seu ex-presidente, Jair Bolsonaro, por sua tentativa de reverter a derrota nas eleições de 2022.

As consequências econômicas são profundas. A abordagem caótica de Trump – caracterizada por ameaças e recuos, aumentos e reduções de tarifas – está gerando incerteza tanto para empresas quanto para investidores. O Laboratório de Orçamento de Yale prevê que as tarifas de Trump reduzirão o crescimento do PIB dos EUA em meio ponto percentual em 2025-26, levando a uma economia persistentemente 0,4% menor do que seria de outra forma. As tarifas também podem elevar o nível de preços em 1,7 ponto percentual.

Isso nos leva a mais um afastamento de Trump da ortodoxia republicana: longe de reconhecer a importância vital da estabilidade de preços para uma economia que funcione bem, Trump parece estar fazendo tudo ao seu alcance para alimentar a inflação. Além de sua política tarifária caprichosa e do desperdício fiscal, isso inclui um ataque frontal à independência do Federal Reserve dos EUA.

Trump quer que o banco central reduza as taxas de juros em três pontos percentuais, mesmo com a inflação acima da meta de 2% do Fed. Para isso, ele criticou publicamente o presidente do Fed, Jerome Powell, cujo sucessor – a ser nomeado por Trump em maio do ano que vem – certamente adotará a postura mais branda que Trump tanto deseja. Trump também tentou (sem sucesso até agora) demitir a governadora do Fed, Lisa Cook, para alcançar seu objetivo de garantir que seus indicados formem a maioria no Conselho de Governadores do Fed. E tal maioria praticamente garantiria uma era de inflação mais alta.

Mas talvez o afastamento mais chocante de Trump do manual econômico do Partido Republicano seja sua flagrante intervenção nos mercados. A aquisição, pelo governo Trump, de uma participação de 10% na Intel e a extorsão de 15% das vendas

da Nvidia e da AMD na China se assemelham mais ao socialismo do que ao capitalismo de livre mercado. Além disso, a introdução de uma taxa de inscrição de US\$ 100.000 para vistos H-1B dificulta o acesso do setor de tecnologia a trabalhadores estrangeiros qualificados, enquanto sua draconiana política de imigração cria escassez de mão de obra em setores como agricultura e construção. Essa não é a abordagem favorável aos negócios que o Partido Republicano defende há tempos.

Da América Latina à Turquia, vimos que esse tipo de populismo econômico sempre termina em desastre. A questão é quanto tempo levará para que os Estados Unidos façam suas contas. Sinais recentes do mercado — incluindo uma queda de 10% no valor do dólar, uma alta de 50% nos preços do ouro e rendimentos de títulos persistentemente elevados — sugerem que talvez não tenhamos que esperar muito. Investidores estrangeiros, ao que parece, estão perdendo a fé no excepcionalismo econômico americano e ficando cada vez mais preocupados com a possibilidade de os EUA tentarem inflacionar suas dívidas.

Se há algo de positivo nesse desastre econômico crescente provocado por Trump, é que ele irá, mais uma vez, justificar uma ortodoxia de política econômica que o Partido Republicano atual rejeitou.

PROBLEMAS COM AS TARIFAS DE TRUMP

*Paul Krugman**

Em 2 de abril — o “Dia da Libertação” — Donald Trump impôs tarifas altíssimas a dezenas de países, incluindo nossos aliados mais próximos, bem como ilhas habitadas apenas por pinguins . De uma só vez, ele reverteu 90 anos de liberalização comercial dos EUA e violou acordos internacionais solenes. Trump não tentou aprovar suas tarifas no Congresso (que, por mais submissos que os republicanos sejam, não as teria aprovado). Em vez disso, impôs as tarifas por decreto executivo, invocando a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional de 1977 — uma lei que claramente tinha a intenção de responder a você sabe, emergências. Claramente, não tinha a intenção de conferir ao presidente o direito de fazer o que bem entender. Diversos estados e empresas privadas entraram rapidamente com ações judiciais , alegando que as tarifas eram ilegítimas. Em 29 de maio, o Tribunal de Comércio Internacional dos EUA, que normalmente julga disputas tarifárias, concordou com os demandantes. O governo recorreu da decisão para outro tribunal, que confirmou a decisão do tribunal de comércio, mas permitiu que as tarifas permanecessem em vigor até a revisão pelo Supremo Tribunal, que finalmente realizou as alegações orais na quarta-feira.

Como está o andamento das tarifas de Trump perante a Suprema Corte? Não sou um entusiasta dos mercados de previsão, porque eles basicamente apenas resumem o senso comum. Mas acompanhar o senso comum às vezes é útil. E o veredicto dos mercados de previsão sobre a audiência de quarta-feira, mostrado no início deste post, foi claro: foi um desastre para o caso do governo.

Assim, a política econômica emblemática de Trump pode em breve se transformar em um mar de incompetência e humilhação. Se isso acontecer, celebrarei tanto o fim de uma política extraordinariamente ruim quanto a disposição da Suprema Corte em (finalmente!) frear o comportamento autoritário de Trump.

No entanto, estou um tanto decepcionado com os fundamentos específicos nos quais a Suprema Corte parece estar baseando seus argumentos contra as tarifas de Trump. Até agora, eles se concentraram no fato de que tarifas são impostos e que a Constituição concede especificamente a autoridade tributária ao Congresso, e não ao presidente. Um argumento válido.

Mas o Tribunal de Comércio Internacional, em sua decisão contra as tarifas de Trump, apresentou um argumento diferente. A Lei de Poderes de Emergência apenas autoriza o presidente a agir em resposta a emergências econômicas. E embora a Casa Branca tenha declarado duas dessas emergências — déficits comerciais e fentanil — o Tribunal de Comércio Internacional concluiu que nenhuma das declarações forneceu uma justificativa plausível para as tarifas efetivamente impostas por Trump.

De maneira mais ampla, apoiar as tarifas de Trump exige um pensamento duplo. É preciso acreditar nas afirmações de Trump de que tudo está maravilhoso, de que esta é a melhor economia de todos os tempos. Mas também é preciso acreditar que estamos enfrentando uma emergência econômica que justifica aumentos tarifários maciços, afetando quase todas as nações e anulando gerações de acordos internacionais. A juíza Kagan quase reconheceu esse pensamento duplo ao dizer sarcasticamente: "Acontece que estamos em situações de emergência o tempo todo".

Mas o prêmio de pensamento duplo certamente foi para o lamentável Procurador-Geral de Trump, John Sauer. Com os juízes sugerindo que as tarifas de Trump infringem o direito exclusivo do Congresso de definir as taxas de impostos, Sauer declarou que “elas não são tarifas que geram receita”. Essa é essencialmente uma posição impossível de sustentar, visto que Trump constantemente se vangloria da enorme receita arrecadada pelas tarifas.



Donald J. Trump Truth Social 08.12.25 10:24 AM EST

Trillions of Dollars are being taken in on Tariffs, which has been incredible for our Country, its Stock Market, its General Wealth, and just about everything else. It has been proven, that even at this late stage, Tariffs have not caused Inflation, or any other problems for America, other than massive amounts of CASH pouring into our Treasury's coffers. Also, it has been shown that, for the most part, Consumers aren't even paying these Tariffs, it is mostly Companies and Governments, many of them Foreign, picking up the tabs. But David Solomon and Goldman Sachs refuse to give credit where credit is due. They made a bad prediction a long time ago on both the Market repercussion and the Tariffs themselves, and they were wrong, just like they are wrong about so much else. I think that David should go out and get himself a new Economist or, maybe, he ought to just focus on being a DJ, and not bother running a major Financial Institution.

10:49 AM · Aug 12, 2025 · 189.7K Views

Portanto, as tarifas são legais porque não geram receita; além disso, veja quanta receita elas estão gerando! O fato de as próprias declarações de Trump contradizerem

completamente os argumentos de seus advogados explica por que até mesmo uma Suprema Corte que normalmente se desdobra para ratificar as políticas do governo provavelmente considerará suas tarifas “emergenciais” um exagero.

Se isso acontecer, será uma derrota humilhante para Trump. Também criará enorme incerteza, pois Trump não desistirá. Pelo contrário, ele já prometeu que tentará reimpor as tarifas usando — ou melhor, abusando — de diferentes vias legais.

Existem diversas alternativas. A legislação comercial dos EUA concede aos presidentes uma considerável discricionariedade para impor tarifas sem a aprovação do Congresso. Por quê? Porque há momentos em que a pressão econômica ou política para se desviar das tarifas existentes é avassaladora — por exemplo, quando uma enxurrada de importações de motocicletas do Japão ameaçou levar a Harley-Davidson, um ícone americano, à falência. Assim, a lei prevê “válvulas de escape” que podem dar às indústrias tempo para se ajustarem e aos ânimos tempo para se acalmarem. A Bloomberg tem um bom resumo das opções:

	Reason for imposing tariffs	Federal agency investigation required?	Limit on duration of action	Limit on tariff rate
Section 232	Threat to national security	Yes, by Commerce Department	None	None
Section 201	Injury to domestic industry	Yes, by International Trade Commission	Four years. May be extended to a maximum of eight years.	50% increase. Phasedown required after one year.
Section 301	Discrimination against US businesses or violation of US rights under trade agreements	Yes, by US Trade Representative	Four years. May be extended with no maximum limit.	None
Section 122	International payments problem	No	150 days. Can be extended with Congressional approval.	15%
Section 338	Discrimination against US commerce	No	None	50%

Source: Congressional Research Service, Bloomberg.

Trump tem demonstrado especial apreço pela Seção 232, invocando a “segurança nacional” como justificativa para tarifas sobre diversos itens que não parecem estar particularmente ligados à defesa estratégica. Por exemplo, a partir de 14 de outubro, o governo Trump imporá uma tarifa de 10% sobre madeira serrada e de

25% sobre móveis estofados de madeira e armários de cozinha. Em 1º de janeiro, as taxas sobre móveis estofados — como sofás, poltronas e cadeiras — subirão para 30% e as de armários de cozinha para 50%. [Ênfase minha]

De fato. Imagine o que aconteceria se nos envolvêssemos em um conflito global e dependêssemos da China para o fornecimento de itens essenciais como sofás de dois lugares e gabinete de banheiro!

O potencial de Trump declarar falsas ameaças nacionais é o motivo pelo qual me sinto desconfortável com a decisão da Suprema Corte contra as tarifas da IEEPA impostas por Trump, com base no direito constitucional de cobrar impostos. Com um presidente tão inescrupuloso quanto Trump, precisamos de um precedente contra a imposição de tarifas com base em alegações obviamente falsas de emergência nacional.

No entanto, esperemos que Trump em breve sofra uma grande humilhação com suas tarifas por parte da Suprema Corte. Independentemente dos motivos pelos quais você se oponha, essas tarifas são ruins para os americanos e ruins para o resto do mundo. Além disso, a política e a imagem são importantes. Assim como outros líderes autoritários em outros países, Trump está tentando consolidar o poder autocrático. Cada derrota que ele sofre contribui para minar a mentalidade de que "a resistência é inútil", que é essencial para tais consolidações.

Então, se Trump sofrer uma grande derrota aqui, eu vou abrir o champanhe (nacional).

DA CHINA, COM INVEJA

*Paulo Nogueira Batista Jr.**

Uma frase atribuída a Napoleão correu o mundo: “Quando a China despertar, o mundo estremecerá”. Bem, a China está totalmente acordada e os demais países, especialmente o Ocidente, e dentro do Ocidente especialmente os Estados Unidos, não sabem como lidar com o desafio que ela representa. No Ocidente, a China e, em menor medida, a Rússia são vistas com grande preocupação, como rivais poderosos, pelo eixo Atlântico Norte.

Há dois tipos de inveja, leitor ou leitora. A maligna, que é a dos EUA e da Europa, leva-os a tentar barrar o progresso da China o tempo todo. A benigna admira esse progresso e quer, dentro do possível, e *mutatis mutandi*, aprender com os chineses e incorporar elementos do processo que eles vêm seguindo. Estou aproveitando uma viagem pela China, de onde escrevo, para conhecer um pouco mais este grande país.

Bismarck dizia: “Não aprendo com a experiência – apenas com a dos outros”. Os chineses são fiéis seguidores dessa máxima, ainda que talvez não tenham ouvido falar dela. Os chineses aprenderam, por exemplo, com a experiência latino-americana, infelizmente de forma negativa. Ou seja, observando nossos erros estratégicos, viram o que não fazer. Se pudesse resumir a questão em uma frase, diria: a China, ao contrário da América Latina, ignorou solenemente as recomendações do assim-chamado Consenso de Washington. Pensou por conta própria e construiu com grande sucesso as suas próprias soluções, adaptadas às circunstâncias nacionais. Copiou quando conveniente, inovou sempre que necessário.

Antes de prosseguir no comentário sobre o bem-sucedido modelo chinês, duas rápidas ressalvas. Primeira: não tenho a pretensão de conhecer em profundidade um país tão complexo e tão diferente do nosso, em uma viagem de algumas semanas. É verdade que vivi por mais de dois anos em Xangai, quando fui vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (mais conhecido como Banco dos BRICS), hoje comandado pela ex-presidente Dilma Rousseff. Mas já se vão oito anos desde que deixei o banco e a China mudou muito desde então. Além disso, na época em que morei aqui, estava tão

* Economista e escritor. Foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, de 2015 a 2017, e diretor executivo no FMI pelo Brasil e mais 10 países em Washington, de 2007 a 2015. Publicou pela Editora LeYa Brasil o livro *O Brasil não cabe no quintal de ninguém*, segunda edição 2021, e pela Editora Contracorrente o livro *Estilhaços*, em 2024. Versão resumida deste artigo foi publicado na revista *Carta Capital*.

envolvido na criação do novo banco multilateral, um projeto ambicioso dos BRICS, que tive menos tempo do que queria para me familiarizar com as singularidades de um país que, como escreveu Henry Kissinger, não é uma nação, mas uma civilização em si mesma.

Segunda ressalva: a admiração pela performance da China não deve nos impedir de ver as dificuldades que o país enfrenta. Destaco rapidamente alguns dos principais desafios macroeconômicos e políticos, sem pretender, claro, exaurir a questão.

Um deles é a desaceleração do crescimento da economia, decorrente de certa perda de dinamismo das exportações e do investimento. O protecionismo contra a China cresceu, estreitando ou mesmo fechando mercados importantes, nos Estados Unidos e na Europa principalmente, e ameaçando estreitar outros. Em alguns setores da economia chinesa, houve investimentos em excesso, resultando em capacidade ociosa, que a China não consegue mais direcionar para mercados estrangeiros com a facilidade de antes.

Essa desaceleração da economia cobra o seu preço em termos de mercado de trabalho. A alta taxa de desemprego entre os jovens, por exemplo, constitui um problema social e político de primeira ordem. Além disso, o consumo agregado ainda é muito baixo, o que reflete várias dificuldades que a população vivencia e que, se não forem enfrentados, podem corroer o apoio ao governo. Entre as razões que limitam o consumo privado estão as insuficiências do sistema de aposentadoria e dos serviços de saúde. O governo chinês está plenamente consciente do problema e procura melhorar os sistemas nacionais de previdência e saúde. Com o envelhecimento da população, entretanto, o problema se torna mais grave, pois aumenta a demanda por aposentadorias, pensões, serviços médicos e remédios. Por isso, as pessoas continuam poupando muito para tentar garantir o padrão de vida na idade avançada. Assim, não é fácil alcançar o objetivo do governo, já antigo, de aumentar o mercado de consumo e tornar a economia chinesa menos dependente do dinamismo das exportações.

O sucesso extraordinário da China nos últimos 40 anos

Essas ressalvas parecem verdadeiras, mas não obscurecem o fato básico – a China despertou no final do século 20 e não voltará mais ao sono profundo de outras épocas históricas. O modelo econômico chinês tem sido extraordinariamente bem-sucedido e não é bem compreendido no resto do mundo. Como caracterizá-lo de forma

sintética? Talvez começando pelo que ele não é. Não se trata de uma economia de mercado pura e simples, ou seja, não é um sistema capitalista clássico ou tradicional. Não cabe nem mesmo designá-lo como “capitalismo de Estado”, como se faz com frequência nos meios ocidentais, tanto acadêmicos como jornalísticos. O Estado tem presença tão avassaladora na economia e na sociedade que essa expressão se revela enganosa. Note-se que, ao adotá-la, credita-se indevidamente ao capitalismo, ainda que “de Estado”, mérito que ele não teve e não tem pelo sucesso da China.

Também está claro que o modelo chinês iniciado por Deng Xiao Ping em 1979 é bem diferente dos modelos soviéticos e chineses do tempo da economia centralmente planificada. O que se buscou na China foi reestruturar a economia, abrindo espaço para o mercado e o setor privado, sem repetir porém os erros cometidos por Gorbachev, nos anos 1980, com a Perestroika (reestruturação econômica) e a Glasnost (liberalização política).

O que fez (e não fez) a China, com base em uma avaliação cuidadosa da trajetória da União Soviética na sua década final e da Rússia nos anos 1990? Duas coisas, basicamente. Primeira: a Perestroika chinesa foi muito mais cautelosa e gradual. Não houve, como na Rússia, tratamento de choque na economia, privatizações em massa e liberalização abrupta. A abertura econômica foi feita passo-a-passo, sem desmontar as estruturas estatais e mantendo o controle sobre os setores estratégicos da economia. Segunda coisa: não houve Glasnost na China. O Partido Comunista Chinês permanece como partido único, todo-poderoso, com grande influência na sociedade e na economia. Existem bilionários e empresários privados poderosos, mas na China eles não se criam. Eles não têm papel político e não se lhes permite dominar as políticas públicas. Um cenário totalmente diferente do que se vê, por exemplo, nos Estados Unidos, onde os donos do dinheiro são donos do poder, convertendo a chamada democracia em uma plutocracia (o governo dos endinheirados).

Outro dado importante: o combate à corrupção assume proporções ferozes na China e atinge quando necessário figuras proeminentes e poderosas. Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos e em muitos outros países, os bilionários chineses têm muita dificuldade de comprar políticos e funcionários. Não se estabelece, portanto, uma cleptocracia (o governo dos ladrões).

Também não se estabelece a kakistocracia (o governo dos piores), típica dos Estados Unidos e da Europa. No Ocidente, o sistema político obedece em geral a uma

lógica de seleção adversa que premia os mais medíocres e os menos comprometidos com o interesse público. Quem tiver dúvida sobre isso, que passe em revista os líderes políticos atuais e recentes nos Estados Unidos e na Europa. Ou que considere, outro exemplo, a classe política brasileira. Na China, impera um sistema fechado em que as lideranças são selecionadas com base no mérito. Uma meritocracia, portanto. Imperfeita, como se pode imaginar, mas suficiente para afastar o risco de que se forme uma kakistocracia.

Os chineses são seres humanos, claro, e enfrentam também a necessidade de lutar contra a dominação dos super-ricos, a corrupção e a mediocridade. Mas eles têm sido mais bem-sucedidos do que o resto do mundo em enfrentar esses desafios “humanos, humanos demais”, como diria Nietzsche.

O modelo chinês

O que é então o modelo chinês? Vamos dar voz aos próprios chineses. Eles caracterizam o seu modelo como “socialismo com características chinesas”. Usam sintomaticamente o termo “socialismo” no lugar do “comunismo” soviético ou maoísta. E porque dizem “com características chinesas”? É que aqui as forças de mercado têm grande peso, mas operam dentro um quadro estritamente controlado pelo Estado e pelas agências e instituições estatais. Uma máxima popular na China, citada pelo professor Wen Yi em debate do qual participei aqui em Xangai, reflete bem isso: “o Estado arma o palco e os agentes econômicos atuam”.

Dois exemplos, explicados em “apertada síntese”, como dizem os advogados. O sistema bancário da China é quase totalmente dominado por bancos estatais. Aqui não existem Bradescos, Itaús ou Santanders. Os chineses não conhecem e nem querem conhecer esse tipo de instituição. O setor bancário é estratégico do ponto de vista macroeconômico e sempre ficou sob domínio de bancos públicos. Por outro lado, um aspecto importante é que, dentro das regras estabelecidas pelo governo e pelo banco central, esses bancos estatais competem entre si, o que favorece maior eficiência.

Outro exemplo crucial. A estabilidade da economia chinesa repousa sobre uma conta de capitais fechada, vale dizer pela aplicação rigorosa de controles sobre a entrada e saída de capitais. Houve certo afrouxamento dos controles no passado mais recente, mas a China continua relutante em expor a sua economia aos surtos de entrada e saída de capitais que tanto mal fazem na América Latina. Esse foi um dos muitos pontos em

que a China fez ouvidos de mercador às recomendações do Consenso de Washington. Aprenderam com nossa experiência infeliz, dentro do espírito de Bismarck. Se tivessem se pautado pelos conselhos ocidentais, não teriam chegado aonde chegaram.

A continuidade na civilização milenar da China

Para terminar, algumas observações sobre uma singularidade da China que é crucial, mas infelizmente inimitável. Raramente se leva na devida conta, que a história milenar da China é marcada por uma extraordinária continuidade. A maior parte das outras civilizações antigas dos vários continentes não tiveram a longa e ininterrupta duração, de quatro ou cinco milênios, que caracteriza a civilização chinesa. Os egípcios têm uma relação remota, para não dizer fictícia, com o Egito dos faraós e suas pirâmides. Os gregos atuais pouco têm a ver com a Grécia antiga. Os italianos de hoje pouco têm a ver com o Império Romano. Os astecas e incas foram totalmente obliterados pela Espanha. A Rússia também tem uma civilização contínua, mas da ordem de 1000 anos.

A China é um caso muito especial. Sofreu, ao longo de milênios, diversas turbulências, invasões, guerras externas, guerras civis, mas conseguiu, apesar disso, preservar um fio cultural condutor. Isso se reflete em alguns aspectos da trajetória chinesa que são, a meu ver, centrais para entender o sucesso do país. Um deles é o respeito, mais do que isso *veneração* pelos antepassados e pelas tradições históricas. Esse respeito à tradição não bloqueia, entretanto, a inovação e a criatividade das novas gerações. A busca do novo, ao contrário, é omnipresente, mas não implica descartar o passado.

Mesmo um revolucionário marxista radical, como Mao Zedong, citava com frequência os pensadores clássicos da China como Lao Tse e Sun Tzu. Considerava a obra principal deste último, “A Arte da Guerra”, quase como um segundo manifesto comunista. Por seu turno, quando o maoísmo foi superado por Deng Xiao Ping e seus sucessores até o atual líder, Xi Jinping, não houve rejeição total da figura de Mao. Ela aparece até hoje em todas as notas de dinheiro. Suas obras são lidas e circulam amplamente.

Compare-se com o Brasil. Nós não respeitamos e, muitas vezes, sequer conhecemos nosso passado. Essa ignorância alimenta a tendência a depreciar

sistematicamente a nossa história. E esse é um entre muitos fatores a derrubar a nossa autoestima.

Temos muito que aprender com os chineses

Oscar Wilde dizia: “*Self-love is the beginning of a long life romance*” (o amor próprio é o começo de um romance para toda a vida). Esse amor-próprio é central para o sucesso individual e nacional. Os chineses têm isso em abundância. Mas, veja bem, leitor ou leitora: amor-próprio, e não desprezo pelos outros; orgulho, não vaidade ou arrogância; respeito por si mesmo e sua família imediata, sim, mas sem cair no individualismo egoísta tão típico das sociedades ocidentais.

Por esses e outros motivos, precisamos estudar mais a China e aumentar nossas interações com os chineses. Vale o esforço de superar as barreiras linguísticas, culturais e geográficas. Sem cair na imitação servil, levando sempre em conta as nossas condições históricas e políticas, podemos aprender muito com eles.

COP 30: NÃO É BRINCADEIRA

*Michael Roberts**

A piada mais comum sobre as Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COPs) é que cada uma delas é uma "fuga". Todas as vezes, não se chega a um acordo sobre o fim da produção de combustíveis fósseis como fonte de energia, embora já esteja bem estabelecido que as emissões de carbono e outros gases de efeito estufa provêm principalmente do uso desses combustíveis. Todas as vezes, não se chega a um acordo sobre reduções significativas, planejadas e implementadas, nas emissões de todas as fontes: produção, transporte, guerras etc. Todas as vezes, não se chega a um acordo sobre qualquer reversão significativa do desmatamento desenfreado, da poluição dos oceanos e da extinção acelerada de espécies e da biodiversidade.

A piada de dizer que isso é uma "fuga" já perdeu a graça. A COP30 não foi brincadeira, mesmo que o "acordo" alcançado tenha sido. O tempo se esgotou. O mundo está esquentando a ponto de causar danos irreversíveis à humanidade, a outras espécies e ao próprio planeta.

Harjeet Singh, da Fundação Satat Sampada para o Clima, afirmou: “*A COP30 entrará para a história como o debate mais mortal já produzido*”. Os negociadores em Belém, no Brasil, “*passaram dias discutindo o que discutir e inventando novos diálogos unicamente para evitar as ações que importam: comprometer-se com uma transição justa para longe dos combustíveis fósseis e colocar dinheiro na mesa*”. Mas a questão central de uma “transição para longe dos combustíveis fósseis” foi abandonada, pois os países produtores de combustíveis fósseis e a maioria das potências ocidentais a bloquearam. Até mesmo a ideia diluída e frágil de um “roteiro” para a transição foi rejeitada.

Também estava em jogo a questão de como os países deveriam responder ao fato de que os planos climáticos nacionais atuais, conhecidos como Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), levariam a um aumento de cerca de 2,5°C na temperatura global acima dos níveis pré-industriais, muito acima da meta de 1,5°C estabelecida pelo Acordo de Paris de 2015. O “acordo” da COP30 consistia em “*continuar a discutir*” a grande lacuna entre as metas dos países e as reduções nas emissões de carbono necessárias para se manter dentro do limite de 1,5°C.

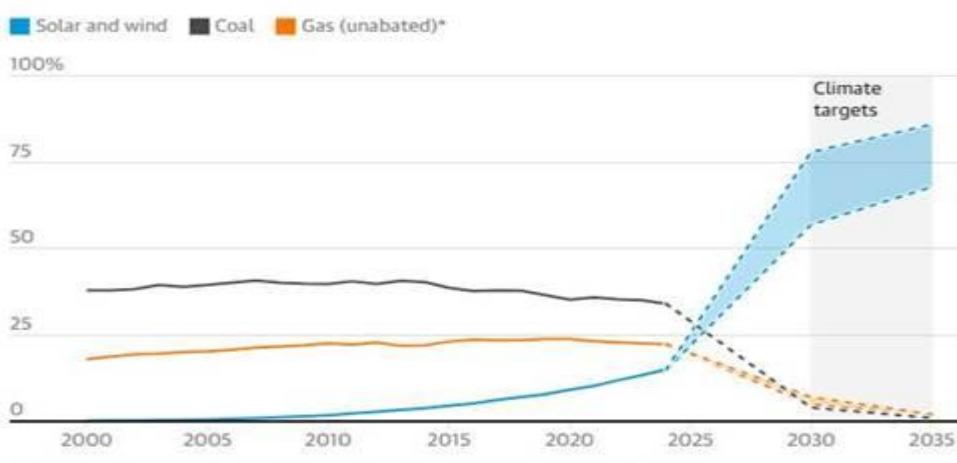
* Economista. Artigo originalmente publicado no blog do autor em 23.11.2025

Os cientistas climáticos presentes na COP30 deixaram isso claro – mais uma vez. As emissões precisam começar a diminuir no próximo ano, afirmam, e continuar a cair de forma constante nas próximas décadas: “ Precisamos começar agora a reduzir as emissões de CO₂ provenientes de combustíveis fósseis em pelo menos 5% ao ano. Isso precisa acontecer para que tenhamos alguma chance de evitar impactos climáticos incontroláveis e extremamente custosos que afetem todas as pessoas no mundo.” A redução das emissões precisa ser acelerada: “Precisamos estar o mais próximo possível de zero emissões absolutas de combustíveis fósseis até 2040, no máximo até 2045. Isso significa, globalmente, nenhum novo investimento em combustíveis fósseis, a eliminação de todos os subsídios a esses combustíveis e um plano global sobre como introduzir gradualmente fontes de energia renováveis e de baixo carbono de forma justa, e eliminar os combustíveis fósseis rapidamente.”

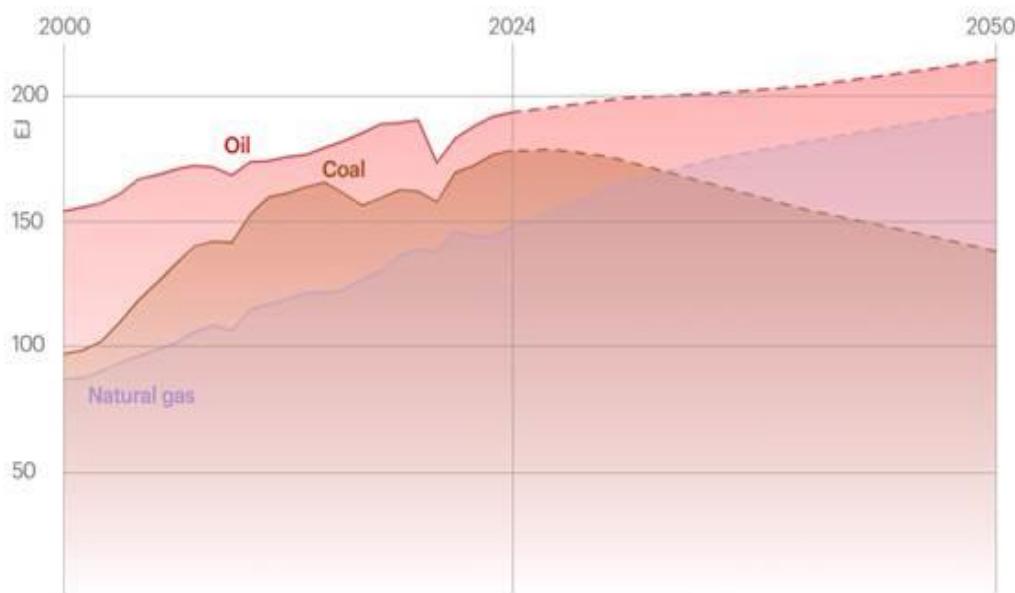
Os cientistas acrescentaram que o financiamento – dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento – é essencial para a credibilidade do Acordo de Paris de 2015, que visa limitar o aumento da temperatura global a no máximo 1,5°C. *“Ele deve ser previsível, baseado em doações e consistente com uma transição justa e equitativa”*, afirmaram. *“Sem ampliar e reformar o financiamento climático, os países em desenvolvimento não podem planejar, investir e realizar as transições necessárias para a sobrevivência compartilhada.”* A COP30 obteve um acordo para aumentar o financiamento dos países ricos para os países pobres – mas esse aumento será distribuído ao longo dos próximos dez anos, e não em cinco anos como antes!

Renewables would need to rapidly replace other energy sources to meet climate targets

Global electricity generation by source, %



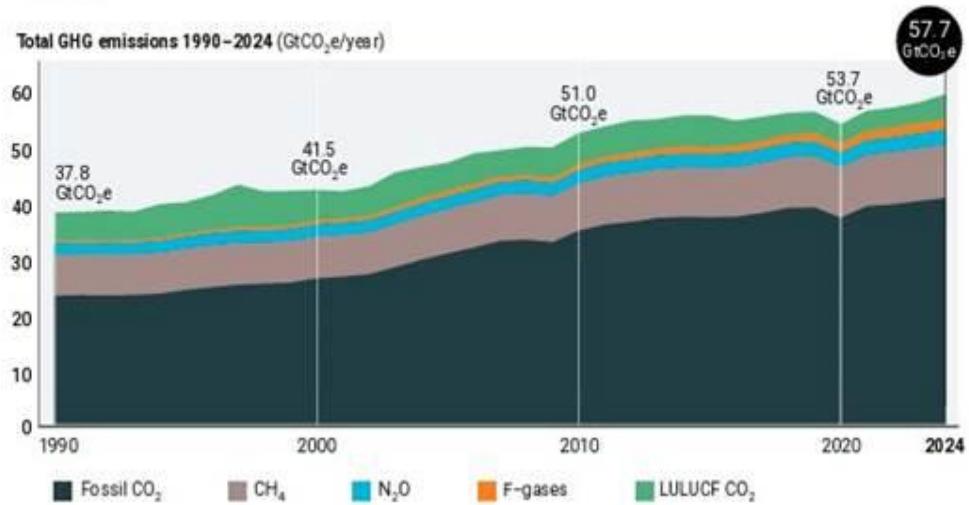
Em vez disso, a demanda global por petróleo e gás deverá aumentar nos próximos 25 anos, caso o mundo não mude de rumo, segundo o [relatório mais recente da Agência Internacional de Energia](#). As emissões de gases de efeito estufa continuam a aumentar, apesar do crescimento "exponencial" das energias renováveis. O consumo de carvão atingiu um recorde mundial no ano passado, apesar dos esforços para a transição para energias limpas.



Assim, as emissões globais de CO₂ aumentarão, e não diminuirão. As emissões globais anuais de CO₂ relacionadas à energia aumentarão ligeiramente em relação aos níveis atuais e se aproximará de 40 gigatoneladas de dióxido de carbono por ano no início da década de 2030, permanecendo em torno desse patamar até 2050. As emissões podem cair nas economias avançadas, principalmente na Europa, e também diminuir na China a partir de 2030, mas aumentarão em outros lugares.

E não se trata apenas de emissões de carbono. O metano é um gás de efeito estufa 80 vezes mais potente que o dióxido de carbono e é responsável por cerca de um terço do aquecimento global registrado recentemente. Em negociações anteriores, que buscavam se esquivar do compromisso, foi acordada uma redução de 30% nas emissões de metano até 2030. No entanto, as emissões de metano continuaram a aumentar. Coletivamente, as emissões de seis dos maiores signatários – EUA, Austrália, Kuwait, Turcomenistão, Uzbequistão e Iraque – estão agora 8,5% acima do nível de 2020.

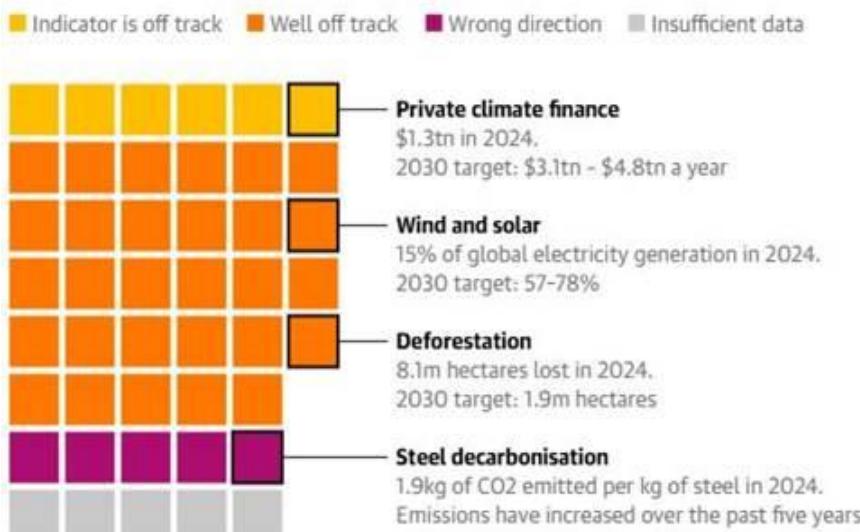
Figure ES.1 Total net anthropogenic GHG emissions, 1990–2024



O mundo está ficando cada vez mais quente. Este ano e os dois anos anteriores foram os três anos mais quentes em 176 anos de registros. E os últimos 11 anos, desde 2015, também serão os 11 anos mais quentes já registrados. Pontos de inflexão (irreversíveis) estão sendo atingidos: geleiras derretendo; florestas desaparecendo; incêndios florestais, inundações e secas aumentando. O mundo caminha para um aquecimento de 2,8°C, como revela o último relatório da ONU, que afirma que as promessas climáticas "mal estão fazendo diferença".

O relatório "Emissions Gap Report 2025: Off Target" do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) constata que as novas promessas climáticas disponíveis no âmbito do Acordo de Paris reduziram apenas ligeiramente o ritmo do aumento da temperatura global ao longo do século XXI, deixando o mundo caminhando para uma grave escalada dos riscos e danos climáticos. Menos de um terço das nações do mundo (62 de 197) enviaram seus planos de ação climática, conhecidos como Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) no âmbito do Acordo de Paris. Os EUA, o país que mais emite gases de efeito estufa per capita, abandonaram o processo – os EUA não compareceram à COP30. A Europa também não cumpriu suas metas. Nenhum dos 45 indicadores climáticos globais analisados está dentro do previsto para 2030.

None of the 45 global climate indicators analysed in the report are on track for 2030



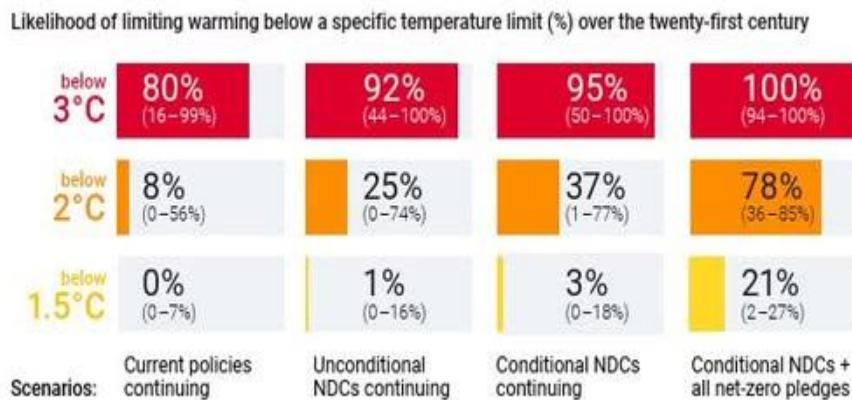
Guardian graphic. Source: State of Climate Action report

Os níveis de dióxido de carbono na atmosfera dispararam em uma quantidade recorde em 2024, atingindo um novo pico, segundo dados da ONU. A concentração média global do gás subiu 3,5 partes por milhão, chegando a 424 ppm em 2024, o maior aumento desde o início das medições modernas em 1957, de acordo com o relatório da Organização Meteorológica Mundial.

Diversos fatores contribuíram para o aumento acentuado do CO₂, incluindo mais um ano de queima incessante de combustíveis fósseis. Outro fator foi o aumento dos incêndios florestais em condições agravadas pelo aquecimento global, tornando-os mais quentes e secos. As emissões de incêndios florestais nas Américas atingiram níveis históricos em 2024, o ano mais quente já registrado. Os cientistas climáticos também estão preocupados com um terceiro fator: a possibilidade de que os sumidouros de carbono do planeta estejam começando a falhar. Cerca de metade de todas as emissões de CO₂ anuais são retiradas da atmosfera, dissolvendo-se nos oceanos ou sendo absorvidas por árvores e plantas em crescimento. Mas os oceanos estão ficando mais quentes e, portanto, conseguem absorver menos CO₂, enquanto em terra, condições mais quentes e secas e o aumento dos incêndios florestais significam menos crescimento vegetal.

Para atingir as metas de 2°C e 1,5°C do Acordo de Paris, em comparação com os níveis de 2019, são necessárias reduções nas emissões anuais de 35% e 55% em 2035,

respectivamente. Considerando a magnitude dos cortes necessários, o curto prazo disponível para implementá-los e o cenário político desafiador, um aumento permanente da temperatura global é inevitável antes do final desta década. A meta de Paris está fadada ao fracasso, assim como as pessoas e espécies que morrem em decorrência das mudanças climáticas.



De fato, o aumento do calor global está matando uma pessoa por minuto em todo o mundo, revelou um importante relatório sobre o impacto da crise climática na saúde. O relatório afirma que a taxa de mortes relacionadas ao calor aumentou 23% desde a década de 1990, mesmo levando em consideração o crescimento populacional, chegando a uma média de 546.000 por ano entre 2012 e 2021. Nos últimos quatro anos, a pessoa média foi exposta a 19 dias por ano de calor extremo, e 16 desses dias não teriam ocorrido sem o aquecimento global causado pela ação humana, afirma o relatório. No geral, a exposição a altas temperaturas resultou em um recorde de 639 bilhões de horas de trabalho perdidas em 2024, o que causou perdas de 6% do PIB nacional nos países menos desenvolvidos.

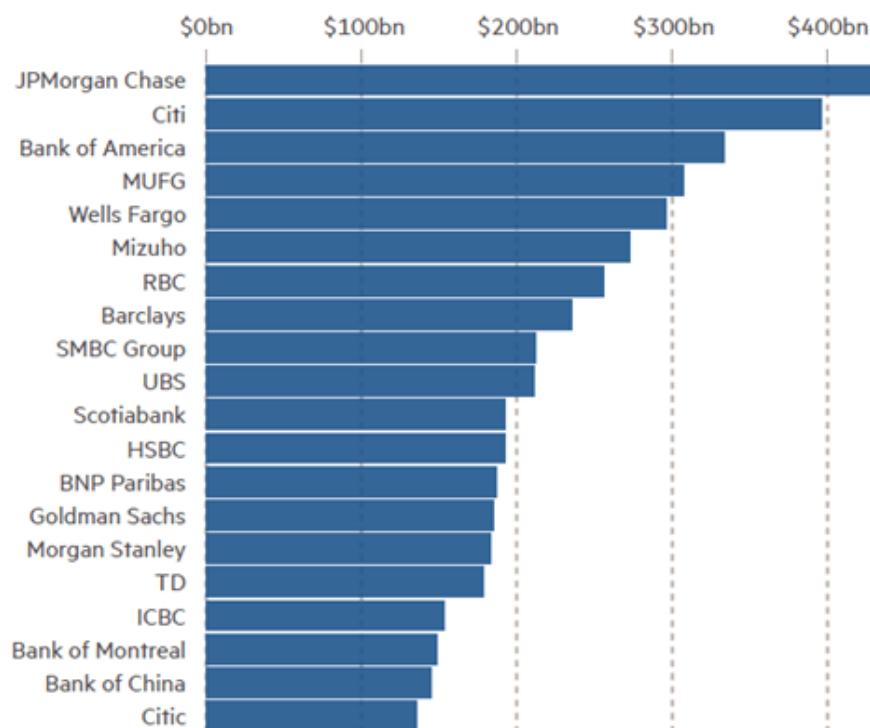
A queima contínua de combustíveis fósseis não só aquece o planeta, como também produz poluição atmosférica, causando milhões de mortes por ano. Os incêndios florestais, alimentados por condições climáticas cada vez mais quentes e secas, estão contribuindo para o aumento das mortes causadas pela fumaça, com um recorde de 154 mil óbitos registrados em 2024, segundo o relatório. Secas e ondas de calor danificam plantações e rebanhos, e 123 milhões de pessoas a mais sofreram com a insegurança alimentar em 2023, em comparação com a média anual entre 1981 e 2010.

Por que as metas de redução de emissões não estão sendo atingidas ou sequer acordadas? A resposta é dinheiro. Apesar dos danos, os governos do mundo destinaram US\$ 956 bilhões em subsídios diretos para combustíveis fósseis em 2023. Esse valor

superou em muito os US\$ 300 bilhões anuais prometidos na COP29, a cúpula climática da ONU, em 2024, para apoiar os países mais vulneráveis às mudanças climáticas. O Reino Unido concedeu US\$ 28 bilhões em subsídios para combustíveis fósseis em 2023 e a Austrália, US\$ 11 bilhões. Quinze países, incluindo Arábia Saudita, Egito, Venezuela e Argélia, gastaram mais com subsídios para combustíveis fósseis do que com seus orçamentos nacionais de saúde.

As 100 maiores empresas de combustíveis fósseis do mundo aumentaram sua projeção de produção para o ano até março de 2025, o que levaria a emissões de dióxido de carbono três vezes maiores do que as compatíveis com a meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, segundo o relatório. Os bancos comerciais estão apoiando essa expansão, com os 40 maiores financiadores do setor de combustíveis fósseis investindo coletivamente um valor recorde de US\$ 611 bilhões em 2024, o maior em cinco anos. Seus empréstimos para o "setor verde" foram menores, totalizando US\$ 532 bilhões.

Cumulative fossil fuel financing, 2016-23



A razão para expandir a produção de combustíveis fósseis é que ela é muito mais lucrativa do que a transição para energias renováveis. O problema é que os governos

insistem que o investimento privado deve liderar a transição para energias renováveis. Mas o investimento privado só acontece se for lucrativo.

A rentabilidade é o problema – em dois sentidos. Primeiro, a rentabilidade média global está em níveis baixos e, portanto, o crescimento do investimento em todos os setores também desacelerou. Os preços das energias renováveis caíram drasticamente nos últimos anos. Ironicamente, a queda nos preços das energias renováveis reduz a rentabilidade desses investimentos. A fabricação de painéis solares está sofrendo uma grave compressão de lucros, assim como as empresas operadoras de usinas solares. Isso revela a contradição fundamental no investimento capitalista entre reduzir custos por meio do aumento da produtividade e desacelerar o investimento devido à queda na rentabilidade.

Em seu livro "O Preço Está Errado – Por Que o Capitalismo Não Salvará o Planeta", Brett Christophers argumenta que o obstáculo para atingir as metas de investimento para limitar o aquecimento global não é o *preço* das energias renováveis em comparação com a energia fóssil, mas sim a *rentabilidade* das energias renováveis em relação à produção de combustíveis fósseis. Christophers demonstra que, em um país como a Suécia, a energia eólica pode ser produzida a um custo muito baixo. No entanto, a própria redução dos custos também diminui seu potencial de receita. Essa contradição reforçou os argumentos das empresas de combustíveis fósseis de que a produção de petróleo e gás não pode ser eliminada rapidamente. Peter Martin, economista-chefe da Wood Mackenzie, explicou de outra forma: *"o aumento do custo do capital tem implicações profundas para os setores de energia e recursos naturais"*, e que taxas mais altas *"afetam desproporcionalmente as energias renováveis e a energia nuclear devido à sua alta intensidade de capital e baixos retornos"*.

Como Christophers destaca, a rentabilidade do petróleo e do gás tem sido geralmente muito maior do que a das energias renováveis, o que explica por que, nas décadas de 1980 e 1990, as grandes empresas de petróleo e gás encerraram abruptamente seus primeiros empreendimentos em energias renováveis quase assim que os lançaram. *"O mesmo cálculo comparativo explica igualmente por que essas mesmas empresas estão migrando para a energia limpa a um ritmo extremamente lento hoje em dia"*.

Christophers cita o CEO da Shell, Wael Sawan, em resposta a uma pergunta sobre se ele considerava aceitáveis os retornos mais baixos das energias renováveis para sua empresa: *“Em relação às emissões de baixo carbono, quero ser categórico. Buscaremos retornos expressivos em qualquer negócio em que entrarmos. Não podemos justificar buscar retornos baixos. Nossos acionistas merecem nos ver buscando retornos expressivos. Se não conseguirmos atingir retornos de dois dígitos em um negócio, precisamos questionar seriamente se devemos continuar nele. Absolutamente, queremos continuar buscando emissões de carbono cada vez menores, mas isso precisa ser lucrativo.”*

Por essas razões, os economistas do banco JP Morgan concluem que *“o mundo precisa de uma ‘verificação de realidade’* em sua transição dos combustíveis fósseis para as energias renováveis”, afirmando que pode levar *“gerações”* para atingir as metas de emissões líquidas zero. O JPMorgan considera que a mudança do sistema energético mundial *“é um processo que deve ser medido em décadas, ou gerações, e não em anos”*. Isso porque o investimento em energia renovável *“atualmente oferece retornos abaixo do esperado”*.

A única maneira de a humanidade ter alguma chance de evitar um desastre climático será por meio de um plano global baseado na propriedade comum de recursos e tecnologia, que substitua o sistema de mercado capitalista. Enquanto isso, a fuga da responsabilidade continua.

A TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

*Marcio Pochmann**

A parcela da população brasileira que estará adulta no ano de 2050 já nasceu, tendo quase 4/5 dela nascida em famílias pobres. Sem a presença do Estado dinâmico e ofertante de serviços universais de qualidade, o risco do segundo quarto do século XXI não atender tanto aos melhores anseios atuais como ao horizonte de expectativas superiores do amanhã para o conjunto dos brasileiros.

No segundo quarto do século passado, por exemplo, a crise do setor agroexportador deflagrada pela grande Depressão de 1929 foi superada por reformas constitutivas do Estado moderno, o que permitiu avançar na constituição de uma nova sociedade urbana e industrial. Em vez da regressão às atividades pré-capitalistas, o projeto de industrialização e urbanização nacional tornou o Brasil líder mundial no crescimento econômico, com ampla oferta de empregos e a difusão do assalariamento com direitos sociais e trabalhistas jamais experimentadas até então.

Antes que o projeto de industrialização nacional viesse a se completar, possibilitando a estruturação do mercado de trabalho, com a superação da economia de subsistência e da informalidade, a inflexão neoliberal colocou o Brasil em outro rumo. A partir de 1990, as reformas liberalizantes e enfraquecedoras do papel do Estado avançaram concomitante com a imposição da ruína na sociedade industrial.

Não obstante a importância da retomada do setor exportador, fortemente influenciado pelo segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), a trajetória estagnacionista na renda *per capita* retornou. Mais de três décadas depois, a participação do Brasil no PIB mundial é 2/5 menor do que era nos anos de 1980, com sinais inequívocos de regressão às atividades pré-capitalistas.

Atualmente, a economia de subsistência e popular oferta duas vezes mais postos de trabalho que o verificado no último quinto do século passado. Somente as ocupações vinculadas às atividades tipicamente capitalista reduziram em quase 30% a participação no emprego do total da força de trabalho do país.

Ao longo do tempo, a desestruturação do mercado de trabalho prevalece. Ademais da estagnação na taxa de assalariamento em relação ao total da força de

*Professor titular de economia na Unicamp, é o atual presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Autor, entre outros livros, de Novos horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural (Ed. Unicamp). Artigo publicado originalmente no site A Terra é Redonda em 01.09.2025.

trabalho, com decréscimo relativo das ocupações de classe média, o desemprego aberto tem sido contínuo.

O legado de atraso econômico imposto pelo receituário neoliberal se destaca tanto pelo estancamento da produtividade do trabalho como pelo declínio da taxa de lucro em vários setores produtivos que ainda resistem a se manter ativos diante da abertura econômica e financeira. No contínuo cenário de moeda valorizada e de altas taxas de juros reais, a inflação se mantém moderada, assim como o excedente exportador, mesmo diante da trajetória relativamente estagnacionista da renda *per capita*.

Mas para o segundo quarto do século XXI, o aparecimento de novos elementos de mudança estrutural parece conferir novas perspectivas aos dilemas nacionais. Diante do processo transição profunda e acelerada para a Era digital, três deles aparecem inquestionáveis ao Brasil.

A começar pelo desenlace do deslocamento do centro dinâmico do Ocidente para o Oriente e do Norte Global para os países do Sul Global. Nas últimas duas décadas, por exemplo, o Brasil diversificou os seus parceiros comerciais, o que permitiu que países do Norte Global como os Estados Unidos, por exemplo, que respondiam por 24,5% do total das exportações brasileiras, em 2000, diminuíssem para 12% do total, em 2024.

A maior presença no comércio externo brasileiro nos países do Oriente e Sul Global encontra-se diretamente conectada ao segundo elemento de mudança estrutural do Brasil no segundo quarto do século XXI. Trata-se do curso das transformações geoeconômicas que aponta para a emergência dinâmica da estrutura produtiva mais localizada no interior do país, o que já parece apontar para a marcha do oeste do país.

O prolongado processo de desindustrialização terminou por esvaziar a centralidade produtiva das regiões litorâneas, outrora extremamente dinâmicas e atrativas de ocupações e renda. Considerando a proximidade do espaço territorial do centro-oeste e norte do Brasil com os países sul-americanos, o deslocamento geoeconômico tem sido impulsionado pelo protagonismo do setor exportador, bem como pelo conjunto de iniciativas infraestruturais nas vias de integração comercial com as nações de saída para o Oceano Pacífico.

Neste sentido, a inédita experiência nacional de assumir a condição bioceânica enquanto projeto estratégico de conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico pode equivaler – guardada a devida proporção – ao salto econômico verificado no século 19

pelos Estados Unidos durante a integração bioceânica proporcionada pela chamada “Marcha para o Oeste”.

O terceiro elemento de mudança estrutural reside na inflexão da trajetória demográfica nacional. Isso porque nos últimos duzentos anos, por exemplo, a população brasileira apresentou uma contínua trajetória de crescimento rápido. No século XIX, o número de brasileiros foi multiplicado por cinco vezes e, no século passado, a multiplicação foi por dez vezes, o que significou a necessidade do comprometimento acelerado de recursos públicos em atenção à expansão demográfica.

As projeções atuais apontam para o Brasil do ano de 2100 com população bem menor a do ano 2000. A partir da década de 2040, a população deve estagnar e começar a decrescer em termos absolutos diante da queda nas taxas de fecundidade, cuja longevidade populacional concentra crescentemente maior parcela de brasileiros acima de 60 anos de idade.

Neste novo cenário ao Brasil deste segundo quarto do século XXI, urge rever o papel do Estado. Outro tipo de atenção por parte da gestão governamental, com a implementação de políticas públicas preditivas que permitem se antecipar ao curso dos problemas, bem como aproveitar as oportunidades que se apresentam enquanto elementos de mudança estrutural da nação. Em síntese, o segundo quarto do século XXI impõe uma nova agenda nacional de projeto ao Brasil.

O receituário neoliberal nada tem a dizer sobre o futuro da nação, pois prisioneiro exclusivo dos interesses curtoprazistas e improdutivos dominantes somente ofertam a estagnação da renda *per capita*, o congelamento da produtividade com queda na taxa de lucro de várias atividades econômicas e a regressão aos segmentos pré-capitalistas.

Sem a retomada do planejamento nacional, o futuro parece estar distante, tomado, pelo destino a seguir dominante desde a década de 1990.

DÍVIDA PÚBLICA, RIQUEZA PRIVADA

André Lara Resende*

Em economia alguns equívocos têm vida longa. Poucos são tão prevalentes como a noção de que só a poupança financia o investimento, desconsiderando o papel do crédito

"A dívida pública se converteu em uma das mais poderosas alavancas da acumulação primitiva... a única parte da chamada riqueza nacional que realmente integra a riqueza coletiva dos povos modernos."

Karl Marx, "O Capital", Livro I, cap. 24

Os equívocos sobre a dívida pública são arraigados. Em artigo de 8/11, na "Folha de S. Paulo", Samuel Pessoa, a propósito de meu artigo, "A Fada da Dívida", de 30/10, no Valor, reconhece que a dívida pública tem dois lados: é um passivo do Estado e um ativo do setor privado. A tão clamada redução da dívida pública, ou a consolidação fiscal, como prefere Samuel, exige que se reconheça essa dualidade: a dívida pública é parte da riqueza privada. Reduzir a dívida pública reduz também a riqueza privada.

Considero um avanço que um economista neoclássico finalmente se dê conta de que a dívida pública não é apenas um ônus para a sociedade, "para as gerações futuras", como é convencionalmente descrita. Infelizmente, logo em seguida, numa torturada tentativa de compatibilizar seu despertar em relação à dupla face da dívida com o raciocínio convencional, Samuel volta a incorrer em velhos equívocos.

O erro do raciocínio macroeconômico neoclássico, dominante entre os analistas (Samuel não está isolado), é não diferenciar poupança de crédito. Poupança é renda não consumida, crédito é o acesso ao poder de compra. Para a economia neoclássica convencional, toda a disponibilidade de crédito advém da poupança. O sistema bancário e financeiro apenas canaliza o excesso de renda em relação ao dispêndio dos agentes superavitários para os agentes deficitários. Não há criação de poder de compra além da renda da sociedade. O equívoco advém da suposição de que a esfera do monetário apenas espelhe o que ocorre na esfera material. Não é possível consumir mais do que o produzido, esta é uma restrição da esfera material; portanto, em termos materiais, só o que foi produzido e não consumido está disponível para ser investido.

Em economia, alguns equívocos têm vida longa. Poucos são tão prevalentes como a

* Economista. Artigo publicado no Jornal Valor Econômico em 19.11.2025

noção de que só a poupança financia o investimento, assim como seu corolário, que a taxa de juros garante o equilíbrio entre eles. A explicação está no fato de que a teoria econômica raciocina em termos de fatores materiais e desconsidera o papel do crédito. A economia convencional considera que a moeda é "um véu" que não modifica as relações econômicas materiais. Dito de outra forma, os valores monetários, ou nominais, refletem as relações entre fatores materiais, ou reais, da economia. Embora só valores monetários sejam observáveis, para a teoria estabelecida, a economia deve ser pensada em termos de fatores materiais, pois as relações entre valores nominais são espelho das relações entre fatores reais.

Numa economia sem moeda e crédito, só o produzido e não consumido pode ser utilizado para investir e aumentar a produção futura. A produção não consumida é o que viabiliza o investimento. Uso o termo produção, e não renda, propositalmente, pois renda é um conceito monetário, um valor nominal. É a transposição de um conceito material, de produção, para um conceito monetário, de renda, como se fossem equivalentes, que leva aos equívocos da economia convencional. Ao descrever poupança como renda não consumida, dá-se um salto do mundo material para o mundo monetário. A poupança deixa de ser constituída por recursos materiais não consumidos e se transforma num valor monetário, um fundo de recursos financeiros disponível para o investimento. Este fundo financeiro é disputado por todos os agentes que pretendem consumir ou investir além da sua renda. Como só a poupança alimenta esse fundo, quem pretende investir, ou consumir mais do que a sua renda, deve disputar os recursos limitados disponíveis. O Estado que gasta mais do que arrecada será obrigado a recorrer a esse fundo de poupança, numa disputa com quem quer investir.

Para a economia neoclássica, a disputa pelos recursos limitados da poupança é arbitrada pela taxa de juros, o preço desses recursos. A insuficiência de recursos, uma poupança insuficiente para o desejo de dispêndios, eleva o preço dos fundos disponíveis, a taxa de juros, para desestimular o desejo de consumo e de investimento até que o mercado se equilibre. Supõe-se que a alta dos juros desestimule o dispêndio, tanto o consumo como o investimento, levando a demanda de fundos a se reduzir até se tornar compatível com a disponibilidade de fundos poupadados.

Esse quadro conceitual, conhecido na literatura econômica como a teoria dos Loanable Funds, dos "fundos para empréstimos", foi criticado por John M. Keynes, para quem a taxa de juros seria determinada no mercado de moeda. Na Teoria Geral, de 1936,

Keynes sustentou que a taxa de juros é função da preferência pela liquidez dos agentes e da oferta de moeda, independentemente da disponibilidade de poupança e da procura de recursos para investimentos. Apesar da vitória, incontestável por muitos anos, da macroeconomia keynesiana, a noção de que a taxa de juros é determinada pela poupança e pelo investimento continua a pautar o raciocínio da grande maioria dos analistas. Os economistas nunca se distinguiram pela coerência, são capazes de conviver com modelos conceituais distintos, muitas vezes contraditórios, sem demonstrar desconforto. Pelo contrário, saltam de um para o outro, de acordo com a conveniência, sem qualquer sinal de dissonância cognitiva.

O raciocínio neoclássico convencional assume que a restrição financeira coincide com a restrição material de recursos, mas numa economia monetária, onde os bens não são trocados por outros bens, e sim por moeda ou crédito, a restrição de recursos não coincide com a restrição financeira. Quem tem acesso ao crédito não está restrito aos seus recursos, pode consumir e investir além da sua renda. Sim, dirá o economista neoclássico, a restrição não vale para indivíduos, que podem obter crédito de outros indivíduos que consumiram menos do que sua renda, mas vale para a sociedade como um todo. Mais uma vez, confunde a restrição real, de recursos materiais, com a restrição financeira. Numa economia monetária, a restrição financeira não coincide com a restrição de recursos reais. É possível criar poder financeiro de compra, dar crédito sem contrapartida de recursos reais. Basta que exista um agente com credibilidade para ter sua moeda fiduciária aceita.

Ao longo da história, o soberano, as autoridades capazes de cobrar impostos e autorizar a cunhagem de moedas fizeram esse papel. O poder de cobrar impostos lhes dava credibilidade para cunhar moedas e emitir títulos de dívida universalmente aceitos. Podiam assim criar poder de compra sem a existência prévia de renda não consumida. Hoje, o Estado nacional com uma capacidade muito superior de cobrar impostos, emissor de uma moeda exclusivamente fiduciária e no centro de um sofisticado sistema financeiro, que exponencia a sua capacidade de criar poder aquisitivo, torna a suposição neoclássica, da necessidade de poupança para financiar o investimento, flagrantemente falsa.

Em dois artigos relativamente recentes, cuja leitura é obrigatória para os interessados no tema, Claudio Borio e Pity Disyatat (1) , ex-diretor e ex-economista chefe do BIS, o banco central dos bancos centrais, estendem a crítica para o caso das economias abertas. Afirmam que os modelos macroeconômicos assumem equivocadamente que a restrição

de recursos coincide com a restrição financeira e desconsideram o fato de que os bancos, ao dar crédito, criam poder aquisitivo. Concluem que os modelos macroeconômicos convencionais, ao pressupor a coincidência entre as restrições reais e as restrições monetárias, distorcem a realidade e comprometem a formulação de políticas públicas.

É difícil entender por que uma visão tão flagrantemente equivocada possa continuar a ser dominante. Até o final do século XVII, quando foi criado o Banco da Inglaterra, o crédito era praticamente inexistente. Nos três séculos seguintes, a expansão do sistema bancário e financeiro foi uma constante, num processo que se convencionou chamar de financial deepening, de profundidade ou adensamento financeiro. É possível que enquanto esse processo foi incipiente e relativamente limitado, a análise macroeconômica que pressupõe a coincidência das relações materiais com as relações monetárias fosse uma razoável aproximação da realidade. Hoje, quando o sistema financeiro adquiriu uma dimensão muitas vezes superior à da renda nacional, é um anacronismo que distorce o entendimento da realidade e compromete a formulação de políticas.

Porque entende o sistema financeiro como mero alocador da poupança, a macroeconomia tradicional é incapaz de compreender a dupla face da dívida pública, como passivo do Estado e ativo do setor privado. Esta dualidade tem implicações que, quando apontadas, por contradizer o conhecimento adquirido, provocam perplexidade e negação. O Estado, agente fiduciário por excelência numa economia monetária contemporânea, ao expandir o seu passivo, seja em moeda ou dívida (uma distinção hoje irrelevante, dado que praticamente toda moeda é remunerada e toda dívida pública é líquida), cria poder aquisitivo do nada; portanto, cria riqueza out of thin air. A riqueza financeira, o poder aquisitivo criado do nada pelo Estado ao expandir o seu passivo financeiro, é multiplicado pelo sistema bancário. Os bancos, por terem acesso garantido ao crédito do Estado no banco central, funcionam como uma franquia do Estado para expandir o crédito e o poder aquisitivo. A expansão do crédito, cuja origem é o passivo financeiro do Estado, exponenciada pelo sistema bancário, cria riqueza.

A riqueza financeira é um direito sobre os recursos reais da sociedade. Assim como viabiliza o investimento e a expansão dos recursos reais, como salientou Joseph A. Schumpeter (2), também pode provocar uma hipertrofia financeira que, quando revertida, como descreveu Hyman P. Minsky (3), provoca crises e recessões profundas. A súbita redução da alavancagem do sistema financeiro privado, em momentos de pânico, obriga o Estado a expandir o seu passivo financeiro, a "base" da riqueza financeira, para evitar o

colapso da economia. Foi o que ocorreu na crise financeira de 2008 e levou ao Quantitative Easing, o QE.

Costumo propor um experimento mental aos meus interlocutores que têm dificuldade para aceitar que o Estado, ao expandir a dívida pública, cria riqueza financeira privada. Suponha que fosse possível produzir um superávit fiscal da ordem de 10% do PIB durante 7 anos seguidos. A dívida pública, hoje ligeiramente acima de 70% do PIB, se reduziria a um valor insignificante. Como a dívida pública é riqueza privada, haveria uma redução equivalente da riqueza financeira privada. Ao final do sétimo ano de superávit fiscal, de "consolidação fiscal", o país teria ficado significativamente mais pobre, com uma redução da riqueza financeira do setor privado equivalente aos mesmos 70% do PIB. As implicações para a economia real, para a produção e o emprego, seriam catastróficas.

Faço também uma pergunta que causa ainda mais perplexidade. Se a riqueza financeira fosse resultado exclusivo da poupança acumulada, portanto um fundo limitado num determinado momento do tempo, como explicar que a alta das ações na bolsa possa não ser acompanhada por uma queda equivalente no valor de outros ativos? A alta simultânea de todos os ativos financeiros só pode ocorrer com a correspondente alta do crédito, cuja base é a expansão do passivo do Estado, da dívida pública. Este é o resultado inescapável de uma contabilidade macroeconômica correta, que não seja capenga, unilateral.

Todo o raciocínio convencional para justificar as absurdas taxas de juros no Brasil está baseado na falsa noção de que só a poupança financia o investimento e que existe uma disputa entre os agentes, públicos e privados, por um pool limitado de poupança. Como o Brasil poupa pouco, o que é verdade, e o Estado gasta muito, o que também é verdade, o preço da poupança (a taxa de juros a ser paga por quem quer se financiar, o Estado em particular) é alto. Assim sendo, desrespeitando as implicações da dupla face da dívida pública, que pretende ter compreendido, Samuel Pessoa conclui que "se houvesse uma fada que reduzisse fortemente o endividamento público, haveria uma força na direção de redução das taxas de juros doméstica". Está enganado: o Estado, ao emitir dívida, cria poder de compra; não compete por um bolo limitado de poupança, mas expande o bolo da riqueza financeira. Os juros cairiam se uma fada abrisse a cabeça dogmática dos economistas que se recusam a entender que o controle do crédito doméstico e da taxa básica de juros está nas mãos do Estado e de seu agente financeiro, o Banco Central.

Para concluir, antes de ser acusado de defender a expansão ilimitada e descontrolada do Estado, é importante ressaltar que a criação de crédito pelo Estado não é uma panaceia, mas, ao contrário, é muitas vezes usada com objetivos espúrios, em defesa de interesses patrimonialistas e populistas. Além da tentação populista, o aumento da riqueza financeira, seja pela expansão do passivo do Estado ou pela expansão do crédito bancário, pode provocar sérias distorções. A concentração da riqueza e a hipertrofia financeira são os mais evidentes. No limite, o Estado pode perder sua legitimidade, a capacidade de cobrar impostos e a condição de custodiante e garantidor da moeda nacional. O resultado é quase sempre uma crise que pode terminar em hiperinflação. O poder do Estado de conceder crédito e criar riqueza, como todo poder, pode ser utilizado tanto para o bem como para o mal. Precisa ser controlado e bem administrado, mas para isso é preciso não negar teimosamente a sua existência.

Referências bibliográficas

Borio, C. and Disyatat, P. Distinction Between Savings and Financing, BIS WP 346 (2011), e Capital flows and the Current Account: Taking Finance More Seriously, BIS WP 525 (2015)

Schumpeter, J. A. The Theory of Economic Development: An Inquire into Profits, Capital, Credit, Interest and the Business Cycle, Harvard University Press, 1911 (trad. 1934)

Minsky, H.P., Stabilizing an Unstable Economy, Yale University Press, 1986

SOMOS HUMANOS OU HOMO ECONOMICUS? POR QUE A ECONOMIA PRECISA EVOLUIR E IR ALÉM DO CRECIMENTO?

*Kate Pickett**

A economia parte do pressuposto de que nos comportamos como chimpanzés, mas os humanos são muito mais cooperativos, e nossos modelos econômicos precisam acompanhar essa realidade

Você se comporta mais como um macaco ou como um humano? Se você tiver que dividir dinheiro (ou algumas passas!), você dá o mínimo possível e fica com o máximo que puder para si, ou divide igualmente? A teoria econômica tradicional se baseia na premissa de que o comportamento humano pode ser amplamente explicado em termos de interesse próprio inerente – uma tendência a maximizar o ganho para nós mesmos. Os economistas cunharam o termo *homo economicus*, ou “homem econômico”, para essa conceituação de humanos como racionais e egoístas no século XIX, baseando-se nas afirmações de John Stuart Mill e Adam Smith de que queremos fazer o mínimo de trabalho para obter o máximo de ganho e que não podemos contar com a benevolência dos outros, mas devemos cuidar de nós mesmos.

Obviamente, esta é uma apresentação simplista de nossas tendências utilitaristas, mas ela sustenta afirmações como as divulgadas no livro de Steven D. Levitt e Stephen J. Dubner, *Freakonomics, de 2005* – de que nosso comportamento é moldado por nosso interesse próprio consciente e subconsciente, o que o livro descreve como “o lado oculto de tudo”.

Os humanos, no entanto, estão longe de ser tão simples. Mas os chimpanzés são – em experimentos comportamentais, eles se comportam exatamente como a teoria econômica sugere que os humanos se comportarão, agindo como os chamados “maximizadores racionais” movidos pelo interesse próprio no que é conhecido como Jogo do Ultimato. Nesse experimento, os participantes são colocados em pares e uma quantia conhecida de dinheiro é dada a um deles, o “proponente”, que deve então dividir a quantia com o “respondente”. O respondente aceita ou rejeita a oferta. Se a oferta é rejeitada, nenhum dos dois recebe nada; se aceita, ambos ficam com a parte do dinheiro oferecida.

* Professora de epidemiologia da Universidade de York -UK. Artigo publicado originalmente no site www.socialeurope.eu em 14.11.2025.

A teoria econômica sugere que quem responde deve aceitar qualquer oferta, por menor que seja, porque não haverá uma próxima vez e algo é melhor do que nada. E quem propõe deve oferecer a menor quantia possível, apenas o suficiente para que quem responde a aceite, por mais irrisória que seja. Quando chimpanzés jogam o jogo (com passas em vez de dinheiro), eles se comportam exatamente como a teoria prevê: aceitam o que lhes é oferecido e não se importam com justiça.

Os humanos, por outro lado, são reconfortantemente muito sensíveis às normas de cooperação e justiça. Os "proponentes" humanos geralmente oferecem metade do dinheiro em vez da menor quantia que acham que podem obter sem serem punidos, e os respondentes humanos tendem a rejeitar qualquer oferta abaixo de 20%, mesmo que isso signifique não receber nada. Definitivamente, não somos *Homo economicus*. E, numa perspectiva fascinante, parece que até mesmo os macacos agem em benefício dos outros (de forma pró-social) no Jogo do Ultimato, rejeitando ofertas injustas, caso o respondente tenha acesso a ofertas alternativas.

Curiosamente, o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas de 2025 foi dividido, e não em partes iguais, entre três laureados: metade do prêmio foi para Joel Mokyr, enquanto a outra metade foi dividida entre Philippe Aghion e Peter Howitt. O prêmio é concedido por "ter explicado o crescimento econômico impulsionado pela inovação", segundo a Real Academia Sueca de Ciências.

A economia é a única ciência social que possui um Prêmio Nobel. E há quem critique, dizendo que não é um prêmio realmente legítimo. O legado de Alfred Nobel, em 1895, criou os Prêmios Nobel de Física, Química, Fisiologia ou Medicina, Literatura e Paz, refletindo suas próprias áreas de atuação e interesse. O prêmio de economia é mais corretamente conhecido como Prêmio Sveriges Riksbank de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel. Foi criado muito mais tarde, em 1969, e é financiado pelo banco central sueco.

Alguns poderiam zombar ainda mais se refletissem sobre se alguns dos laureados com o chamado Prêmio Nobel de Ciências Econômicas atenderiam ao critério estabelecido no testamento de Alfred Nobel de serem “aqueles que, durante o ano anterior, tenham conferido o maior benefício à humanidade”. Entre os vencedores anteriores estão Friedrich von Hayek e Milton Friedman, arquitetos-chave do neoliberalismo.

A influência desproporcional da economia

Mas o fato de apenas a economia receber um Prêmio Nobel é emblemático de sua dominância nas ciências sociais. A economia exerce uma influência muito maior do que o esperado no mundo das políticas públicas e da política. Apesar de ser rotulada como "a ciência sombria" desde que o termo foi introduzido em um tratado de 1849 de Thomas Carlyle, que defendia a reintrodução da escravidão, a economia moderna capturou a atenção de políticos e formuladores de políticas a um ponto que as outras ciências sociais só podem invejar, de sua posição distante fora dos corredores do poder. E o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas confere tanto prestígio à disciplina que, às vezes, permite que o pensamento econômico e os economistas entrem em arenas de formulação de políticas que estão além de sua competência e de sua especialização.

Enquanto era professor assistente na Universidade de Chicago, um de seus muitos laureados com o Prêmio Nobel de Economia foi o palestrante principal em uma conferência organizada por alguns colegas da faculdade de medicina para discutir os determinantes sociais da saúde. Na abertura da conferência, a palestra do economista sobre desigualdades em saúde terminou com um apelo para que se abordassem as desigualdades raciais e de classe social no nascimento de bebês com baixo peso. O que poderia ser feito para combater as altas taxas de baixo peso ao nascer nessas populações? perguntou um membro da plateia. Melhorar o apoio social, sugeriu o eminentíssimo economista, implementar intervenções de apoio social.

Ele parecia não estar ciente de que intervenções exatamente dessa natureza já haviam sido testadas e falhado. Se íamos discutir intervenções para baixo peso ao nascer, por que não estávamos ouvindo os médicos e especialistas em saúde infantil, muitos dos quais estavam na plateia, se não no palco?

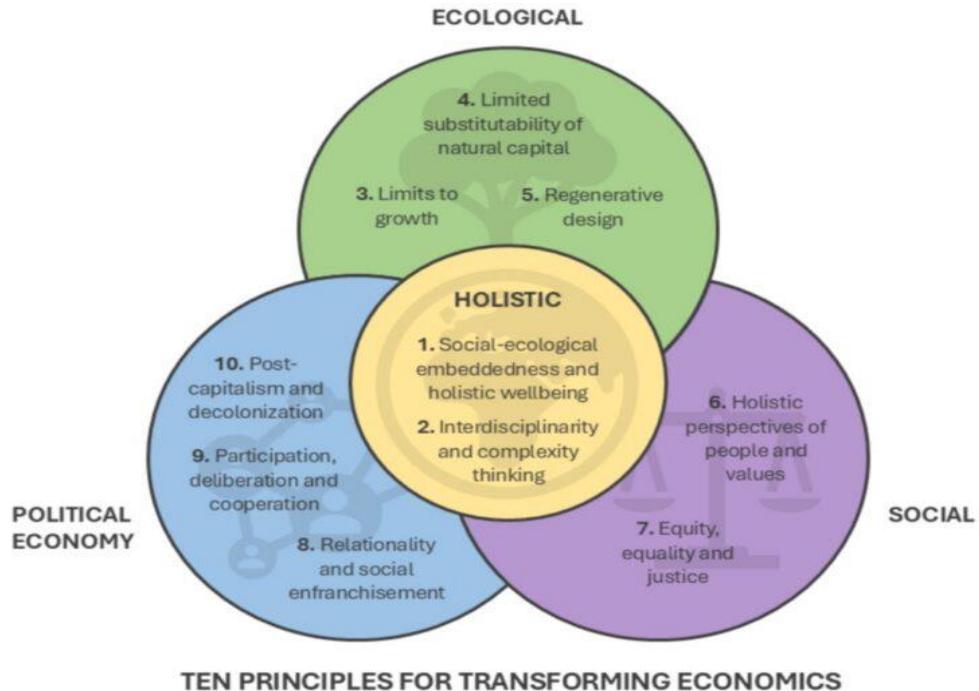
O que observei há tantos anos em Chicago — um economista falando com autoridade sobre uma área na qual não tinha especialização — é comum o suficiente para ter um nome: imperialismo econômico. Em um relato histórico magistral, Matthew Watson, professor de economia política na Universidade de Warwick, traça o desenvolvimento dos modelos matemáticos de mercado que passaram a dominar a economia e que permitem aos economistas nos deslumbrar com o que parece ser ciência exata e lógica inquestionável (e, mais importante, números). Watson destaca as importantes distinções e diferenças entre o que ele chama de “mundo dentro do

“modelo”, ou seja, o mundo como representado por um modelo matemático, e o “mundo real”, ou o mundo como é vivenciado no dia a dia.

No mundo real, em vez de recompensar o trabalho sobre crescimento, muitos fora da área da economia – e cada vez mais dentro da própria disciplina – argumentam que o foco no crescimento econômico é um grande problema. É tão equivocado e ultrapassado quanto a ideia do *homo economicus*. Talvez, em vez de economistas invadindo áreas não econômicas, precisemos, na verdade, de mais pessoas de outras áreas e mais economistas não tradicionais analisando de forma crítica e objetiva esse objetivo econômico tradicional.

Além do PIB: medindo o que importa

Um sinal de progresso é o Grupo de Especialistas de Alto Nível, comissionado pelas Nações Unidas para desenvolver uma nova estrutura que seja mais eficaz do que o Produto Interno Bruto (PIB) na mensuração do progresso social. Eles têm a missão de criar indicadores de desenvolvimento sustentável para elaborar um painel de controle em nível nacional que ajude as sociedades a refletir sobre o que realmente desejam para o seu crescimento, por exemplo, priorizando o bem-estar em vez do PIB. Essa é uma aplicação do novo pensamento econômico, recentemente sintetizado pela Avaliação Global para uma Nova Economia (da qual sou membro) em dez princípios ecológicos, sociais, de economia política e holísticos, abrangendo 38 diferentes abordagens da nova economia. É esse tipo de pensamento que o mundo precisa para transformar os sistemas econômicos e enfrentar as crises globais interligadas que enfrentamos.



Dez princípios para transformar a economia em tempos de crises globais, Kenter et al. *Nature Sustainability* (2025)

Até o momento, o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas parece ter ignorado a economia ecológica e a maioria das vertentes do novo pensamento econômico identificadas pela Avaliação Global para uma Nova Economia. O prêmio de 1998 para Amartya Sen por sua contribuição à economia do bem-estar e aos conceitos de capacidades, o prêmio de 2002 para Daniel Kahneman por sua contribuição à psicologia na economia e o prêmio de 2009 para Elinor Ostrom por seu trabalho sobre os bens comuns representam o mais próximo que a Academia Sueca chegou do novo pensamento econômico.

Parece que ainda estamos longe de destronar o crescimento do PIB e colocar o bem-estar, a igualdade e a justiça no centro dos nossos sistemas econômicos. Enquanto esperamos, posso lhe oferecer metade das minhas passas?

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CATARINENSE CRESCEU 1,5% EM SETEMBRO DE 2025

*Gabriel Schwalbe Hoffmann**

A pesquisa sobre a Produção Industrial Mensal - PIM Regional é realizada pelo IBGE desde a década de 1970 sintetizando um conjunto de indicadores de curto prazo relativos ao comportamento da produção real da indústria extrativa e de transformação. Para tanto, são produzidos índices mensais para 17 unidades da federação segundo o critério de que tais unidades federativas tenham participação de, no mínimo, 0,50% do total do valor da transformação nacional. Ressalta-se que no caso da região Nordeste é realizado um agregado regional, razão pela qual tal região figura junto com as unidades federativas na divulgação das informações, conformando o horizonte de 18 localidades pesquisadas.

Sobre essa pesquisa é importante levar em consideração o alerta de Bernardo Almeida, analista de pesquisa do IBGE, o qual esclarece que a soma dos resultados regionais não resulta automaticamente no resultado nacional, que é divulgado pela PIM Brasil, sempre na semana anterior. Isto porque uma parte da produção nacional não é vista pelos resultados regionais, uma vez que são pesquisadas apenas 15 localidades. Como as séries locais são formadas independentemente, o resultado nacional atua como parâmetro para a análise regional.

Setembro de 2025 apresentou variação de (-0,4%) na produção industrial nacional em comparação com o mês anterior do mesmo ano, tomando como base a série com ajustes sazonais. O resultado negativo obtido em setembro, eliminando parte do crescimento visto de agosto (+0,7%), deixa evidente a dificuldade de crescimento da produção industrial nos nove meses de 2025. Na comparação com o mês anterior, a produção industrial apresentou taxas negativas em 6 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE. As maiores quedas foram no Paraná, Bahia e Rio de Janeiro. Completam os resultados negativos Pará, São Paulo e Região Nordeste.

Entre as principais categorias econômicas, na comparação com o mês anterior, bens de consumo duráveis (-1,4%) mostrou o resultado negativo mais acentuado e interrompeu três meses consecutivos de crescimento na produção. Os setores produtores de bens intermediários e de bens de consumo semi e não duráveis também assinalaram recuos nesse mês. Por outro lado, o segmento de bens de capital, ao avançar (+0,1%),

* Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT/UFSC). Email: ga6riel17@gmail.com

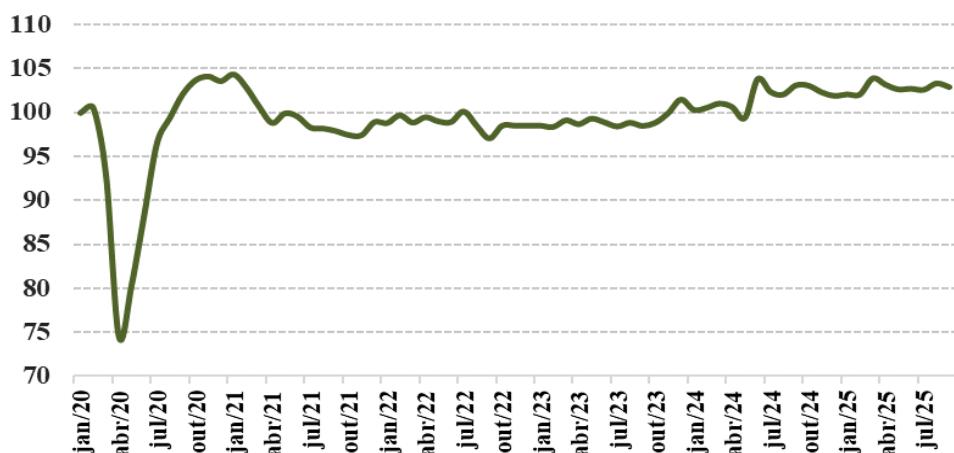
mostrou a única taxa positiva em setembro de 2025 e interrompeu dois meses seguidos de queda na produção.

O presente texto analisa o comportamento da produção física industrial no âmbito nacional no mês de setembro/25 para, posteriormente, fazer as análises específicas para o estado de Santa Catarina. O trabalho em questão, de periodicidade mensal, acompanha a evolução do setor industrial, segundo as estratificações territoriais (UFs) e por atividades econômicas (grandes categorias/indústria geral) definidas pela PIM/IBGE segundo os parâmetros adotados na CNAE 2.0.

Indústria nacional apresenta queda de -0,4% no mês de setembro / 2025

O Gráfico 1 evidencia a evolução do índice de produção física industrial no Brasil desde janeiro de 2020, destacando os impactos econômicos da pandemia de Covid-19. O primeiro semestre de 2020 foi marcado por uma queda abrupta na produção industrial, que, mesmo com uma recuperação inicial impulsionada por políticas públicas como o auxílio emergencial e o saque do FGTS, permaneceu distante dos melhores patamares registrados na década anterior. Esse quadro reflete um período prolongado de estagnação, agravado pela política monetária restritiva vigente até 2023, que elevou o custo do crédito e desestimulou os investimentos produtivos. Embora 2024 tenha sido marcado por certa resiliência na atividade industrial, os resultados ainda mostram oscilações significativas: a produção industrial nacional acumulou alta de (+3,1%) no ano, mas encerrou dezembro com nova retração de (-0,3%) frente ao mês imediatamente anterior, consolidando a desaceleração observada no último trimestre. Esse desempenho reflete o impacto do crédito caro, especialmente sobre os investimentos, além das incertezas fiscais que limitaram uma recuperação mais robusta do setor.

Gráfico 1 - Índice de produção física com ajuste sazonal, Brasil, setembro de 2025
(jan/2020 = 100)



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – PF. Elaboração: NECAT/UFSC

Ao longo de 2024, a produção industrial apresentou oscilações entre pequenos avanços e recuos. Um exemplo marcante foi o forte crescimento de junho (+4,3%), seguido por queda em julho (-1,5%) e estabilidade em agosto (+0,2%). Essa trajetória instável continuou com leve alta em setembro (+0,9%), retração em outubro (-0,2%), nova queda em novembro (-0,7%) e recuo em dezembro (-0,3%), resultando em um desempenho negativo no último trimestre do ano.

O primeiro semestre de 2025 manteve um cenário de instabilidade, com taxas de crescimento próximas de zero nos dois primeiros meses do ano. Em março, contudo, a produção industrial apresentou um avanço expressivo de (+1,2%), indicando uma possível retomada do crescimento. Contudo nos meses seguintes, abril, maio, junho e julho o setor voltou a registrar quedas de (-0,7%), (-0,6%), (0,0%) e (-0,2%), respectivamente. Em agosto, entretanto, o movimento se inverteu: a produção industrial cresceu (+0,7%), mostrando um leve fôlego para o setor. Contudo o mês de setembro voltou a apresentar variação negativa (-0,4%), deixando claro a persistente dificuldade em alcançar um crescimento consistente ao longo de 2025. Dificuldade essa que se estende desde 2024, quando as taxas também foram pouco expressivas. Entre os fatores que continuam limitando a expansão industrial estão o elevado custo do crédito e as baixas expectativas quanto à redução da taxa Selic.

A Tabela 1 mostra a evolução da produção industrial brasileira ao longo dos últimos doze meses, considerando os diferentes períodos analisados pelo IBGE. Na variação mês contra mês anterior, é visível a dificuldade de consolidação do

crescimento da indústria, já que março de 2025 (+1,8%) foi o único mês com expansão relevante desde setembro de 2024 (+0,9%), impulsionada por resultados positivos em três das quatro grandes categorias econômicas. Nos outros meses prevaleceram quedas ou altas pouco significativas. O desempenho de agosto de 2025, em relação ao mês anterior, seguiu a tendência contrária aos quatro meses anteriores, com progressão de (+0,7%), mas, logo na sequencia setembro voltou a apresentar retração (-0,4%) o que reforça o comentário da análise do gráfico 1. A produção industrial no ano de 2025 vem apresentando sérias dificuldades de crescimento no âmbito nacional.

Na comparação com setembro de 2024, a indústria registrou alta de (+2%) em setembro de 2025, com 14 dos 18 locais pesquisados apontando resultados positivos. Vale citar que setembro de 2025 (22 dias) teve 1 dia útil a mais que igual mês do ano anterior (21). Espírito Santo (+19,2%), Rio Grande do Norte (+19,0%) e Rio Grande do Sul (+10,6%) assinalaram avanços de dois dígitos sendo os mais acentuados nesse mês que foram impulsionados, principalmente, pelo comportamento positivo observado nos setores de indústrias extrativas, no primeiro local; de confecção de artigos do vestuário e acessórios, coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis e produtos alimentícios, no segundo; e de produtos alimentícios, máquinas e equipamentos, produtos do fumo e veículos automotores, reboques e carrocerias, no último.

Ao se analisar o acumulado anual (jan/25 – set/25) a situação é mais confortável. Houve expansão de (+1,0%), com resultados positivos em 10 dos 18 locais pesquisados. Espírito Santo (+7,5%), Pará (+4,9%) e Rio de Janeiro (+4,1%) assinalaram os avanços mais acentuados, impulsionados, em grande parte, pelas atividades de indústrias extrativas (óleos brutos de petróleo, minérios de ferro pelotizados ou sinterizados e gás natural), no primeiro local; de indústrias extrativas (minérios de manganês e de cobre – em bruto ou beneficiados) e metalurgia (vergalhões de aços ao carbono), no segundo; e de indústrias extrativas (óleos brutos de petróleo e gás natural), no último. Paraná (3,4%), Santa Catarina (3,1%), Rio Grande do Sul (2,4%) e Goiás (2,2%) também apontaram taxas positivas mais intensas do que a média nacional (1,0%). Ainda que o resultado do acumulado anual seja positivo é notável a queda expressiva do acumulado anual desde o mês de maio do presente ano analisado.

Tabela 1 - Variação da produção física industrial no Brasil em diversos períodos

Mês	Mês/Mês anterior (1)	Mês/Mês ano anterior (2)	Acumulado anual (3)	Acumulado doze meses (4)
out/24	0	6,1	3,4	3
nov/24	-0,7	1,7	3,2	3,1
dez/24	-0,4	1,4	3,1	3,1
jan/25	0,2	1,3	1,3	2,9
fev/25	0	1,2	1,3	2,6
mar/25	1,8	3,5	2	3,1
abr/25	-0,7	-0,5	1,4	2,4
mai/25	-0,5	3,5	1,8	2,8
jun/25	0,1	-1,2	1,3	2,4
jul/25	-0,1	0,3	1,1	1,9
ago/25	0,7	-0,7	0,9	1,6
set/25	-0,4	2	1	1,5

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior; (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

Ao analisar o acumulado anual de janeiro a setembro de 2025, é possível observar um cenário mais favorável, já que a produção industrial cresceu (+1,0%) em 10 dos 18 locais pesquisados registrando avanço. Os destaques foram Espírito Santo (+7,5%), Pará (+4,9%) e Rio de Janeiro (+4,1%), impulsionados sobretudo pelas atividades das indústrias extractivas no Espírito Santo, devido à produção de óleos brutos de petróleo, minérios de ferro pelotizados ou sinterizados e gás natural. Já no Pará, pelos minérios de manganês e de cobre (em bruto ou beneficiados), além da metalurgia, especialmente vergalhões de aço ao carbono; e no Rio de Janeiro, novamente pela extração de petróleo e gás natural. Paraná (+3,4%), Santa Catarina (+3,1%), Rio Grande do Sul (+2,4%) e Goiás (+2,2%) também registraram crescimentos acima da média nacional. Apesar do resultado anual positivo, chama atenção a expressiva desaceleração observada desde maio deste ano.

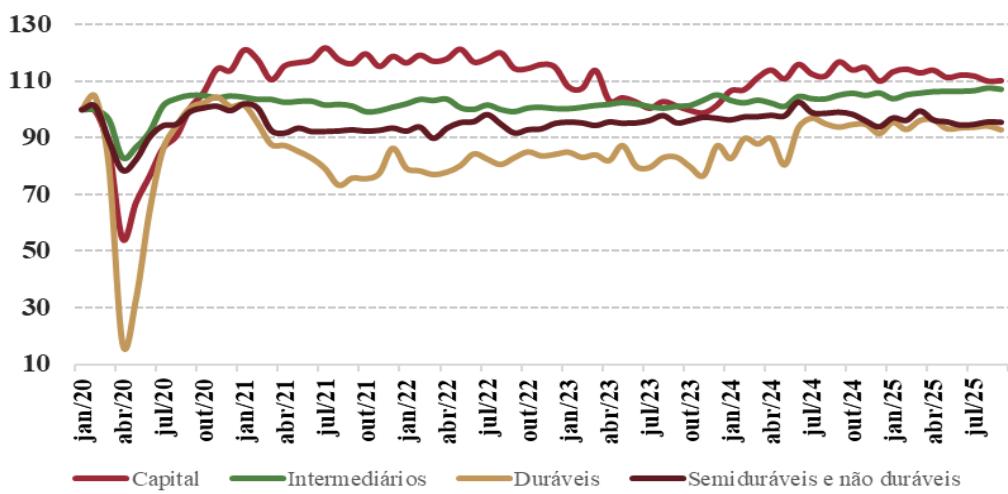
No acumulado dos últimos 12 meses, a produção industrial registrou crescimento de 1,5%, com 12 dos 18 locais pesquisados apresentando alta em setembro de 2025 (+1,5%). Contudo, 11 desses locais mostraram perda de dinamismo em relação aos índices de agosto. As retrações mais significativas ocorreram em Mato Grosso (de -0,3% para -2,1%), Maranhão (de -4,5% para -5,5%), Mato Grosso do Sul (de -1,0% para -1,9%), Pernambuco (de -2,0% para -2,6%), Paraná (de 4,7% para 4,2%) e Bahia

(de 1,6% para 1,1%). Em contrapartida, os avanços mais expressivos foram observados no Rio Grande do Norte (de -12,7% para -9,8%), Espírito Santo (de +2,4% para +4,0%), Rio de Janeiro (de +0,4% para +1,3%), Amazonas (de +1,2% para +2,0%) e Rio Grande do Sul (de +1,8% para +2,4%).

No conjunto das grandes categorias econômicas (gráfico 2), na comparação com o mês imediatamente anterior, os principais destaques negativos de setembro foram os bens de consumo duráveis (-1,4%), que registraram a queda mais intensa do mês e interromperam uma sequência de três meses de crescimento, período em que haviam acumulado alta de (+1,0%). Os setores de bens intermediários (-0,4%) e de bens de consumo semi e não duráveis (-0,1%) também apresentaram recuos: o primeiro interrompeu a trajetória positiva iniciada em fevereiro de 2025, quando acumulou expansão de (+3,6%); já o segundo voltou a cair após crescer (+1,2%) em julho e agosto. Em contraste, o segmento de bens de capital registrou a única taxa positiva do mês, com leve avanço de (+0,1%), revertendo duas quedas consecutivas que somavam (-1,9%). Esse comportamento mostra, mais uma vez, o impacto das elevadas taxas de juros, que freiam a produção de bens de capital e acabam freando o desempenho da indústria como um todo.

A média móvel trimestral é um indicador que suaviza oscilações mensais ao calcular a média dos últimos três meses, permitindo observar tendências de curto prazo com maior clareza. Considerando esse indicador na série com ajuste sazonal, o total da indústria registrou variação positiva de (+0,1%) no trimestre encerrado em setembro de 2025 em comparação ao nível do mês anterior, após também avançar (+0,2%) em agosto, quando interrompeu dois meses seguidos de queda (julho, -0,2%, e junho, -0,4%). Entre as grandes categorias econômicas, os resultados positivos vieram dos bens de consumo semi e não duráveis (+0,4%), que romperam a trajetória predominantemente descendente iniciada em março de 2025, e de bens intermediários (+0,2%), segmento que manteve o movimento de alta iniciado em abril e que acumulou expansão de (+2,1%) desde então. Em sentido oposto, bens de capital (-0,6%) e bens de consumo duráveis (-0,3%) apresentaram quedas em setembro: o primeiro registrou a quinta retração consecutiva, acumulando perda de (-2,6%), enquanto o segundo voltou a recuar após a alta de (+0,3%) no mês anterior, que havia interrompido dois meses seguidos de redução (total de -1,8%).

Gráfico 2 – Índice de produção física com ajuste sazonal, categorias de uso, Brasil, (jan/20 – set/25) (jan/2020 = 100)



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – PF. Elaboração: NECAT/UFSC

As variações por categorias de uso em setembro de 2025 estão detalhadas na tabela 2. Na comparação mês/mês anterior, três das quatro grandes categorias registraram retração: bens de consumo duráveis (-1,4%) com a taxa negativa mais expressiva, seguido de bens de consumo intermediários (-0,4%) e por fim bens de consumo semi e não duráveis (-0,1%). Por outro lado, o setor de bens de capital foi o único macrossetor a apresentar taxa positiva de crescimento apesar do resultado positivo ser quase inexpressivo (+0,1%). Entre as atividades, as influências negativas mais importantes foram assinaladas por produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-9,7%), indústrias extractivas (-1,6%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (-3,5%), com a primeira interrompendo quatro meses consecutivos de avanço na produção, período em que acumulou expansão de (+28,2%); a segunda intensificando a queda de (-0,4%) verificada no mês anterior; e a terceira eliminando parte do crescimento de (+3,7%) acumulado no período junho-agosto de 2025.

Comparando setembro de 2025 com o mesmo mês do ano anterior, vê-se que a indústria mostrou um desempenho balanceado entre as grandes categorias econômicas, com destaque para os bens intermediários, que cresceram (+3,4%) frente ao mesmo mês do ano anterior, sendo esta a sétima alta consecutiva e a mais intensa desde maio, impulsionada pelos avanços das indústrias extractivas, alimentos, têxteis, celulose e papel, borracha e plástico, derivados do petróleo, veículos e produtos químicos, apesar das quedas em produtos de metal, minerais não metálicos, máquinas e equipamentos e

metalurgia; também nesse segmento, os insumos típicos da construção civil registraram a quarta queda seguida, enquanto o setor de embalagens voltou a crescer. Os bens de consumo duráveis avançaram (+3,3%), revertendo dois meses de retração, impulsionados principalmente por automóveis, eletrodomésticos da linha marrom, motocicletas e outros eletrodomésticos, embora a linha branca tenha exercido pressão negativa. Em sentido oposto, os bens de capital recuaram (-1,7%), quarta queda seguida, influenciados especialmente pela forte retração dos equipamentos de transporte e dos bens de uso misto, ainda que subsetores como bens de capital agrícolas, industriais, para energia elétrica e para construção tenham registrado resultados positivos. Já os bens de consumo semi e não duráveis caíram (-0,8%) apresentaram a sexta taxa negativa consecutiva, puxados pelo recuo acentuado nos carburantes devido à menor produção de etanol e gasolina, mas com compensações parciais vindas dos alimentos e bebidas elaborados para consumo doméstico como sucos de laranja, carnes e embutidos, dos produtos não duráveis, especialmente medicamentos, e ainda pelos grupamentos de semiduráveis e de alimentos e bebidas básicos, favorecidos pelo aumento na produção de vestuário, calçados, itens domésticos e pescados.

Entre as grandes categorias econômicas, o desempenho acumulado dos nove primeiros meses de 2025 revelou maior dinamismo nos bens de consumo duráveis (+4,8%) e nos bens intermediários (+2,3%), impulsionados sobretudo pelo aumento na produção de automóveis, no primeiro caso, e pela maior extração de óleos brutos de petróleo, no segundo. Em contraste, os bens de consumo semi e não duráveis registraram a queda mais intensa do período, com retração de (-2,6%), influenciada principalmente pela redução na produção de álcool etílico. Já o setor de bens de capital também apresentou desempenho negativo, acumulando leve recuo de (-0,2%) entre janeiro e setembro de 2025.

Por fim, nos últimos doze meses, é possível notar um desempenho moderadamente positivo da indústria, mas marcado por contrastes entre os diferentes macrossetores. O segmento de bens de consumo duráveis apresentou o melhor resultado, com alta de (+7,6%), refletindo a melhora gradual da confiança do consumidor. Na sequência, os bens de capital registraram crescimento de (+3%), indicando algum avanço nos investimentos produtivos, ainda que limitado pelas persistentes taxas de juros elevadas. Os bens intermediários, por sua vez, cresceram (+2,5%), sustentado principalmente por setores como celulose, têxteis e químicos. Em

sentido oposto, o segmento de bens de consumo semi e não duráveis foi o único a apresentar queda no acumulado de doze meses, com uma taxa negativa de (-1,9%), impactado por fatores climáticos e pela redução na produção de alimentos e biocombustíveis, o que reforça o caráter mais vulnerável dessa categoria diante de choques de oferta e demanda. Os resultados obtidos no presente mês mostram uma visível retração da maioria dos macrossetores nos diferentes períodos em comparação a análise feita no mês de agosto, o que levanta novamente a questão da dificuldade de crescimento da indústria do Brasil.

Tabela 2 - Variação da atividade industrial do Brasil em vários períodos, categorias de uso, em setembro de 2025

Categorias	Mês/Mês anterior (1)	Mês/igual mês ano anterior (2)	Acumulado no ano (3)	Últimos doze meses (4)
Bens de capital	0,1	-1,7	-0,2	3
Bens intermediários	-0,4	3,4	2,3	2,5
Consumo duráveis	-1,4	3,3	4,8	7,6
Consumo semi e não duráveis	-0,1	-0,8	-2,6	-1,9

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior;

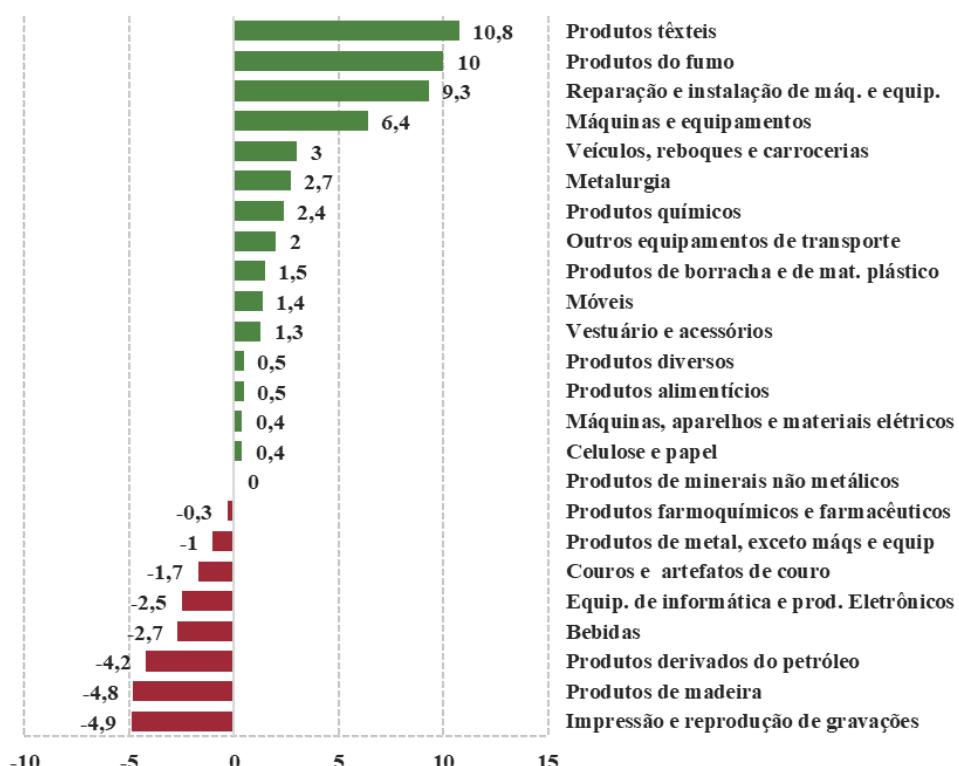
(3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

Com base nos dados apresentados no Gráfico 3, é possível notar que a produção física acumulada anual da indústria de transformação no mês de setembro teve pequenas alterações com relação aos meses anteriores. Os segmentos que mais impulsionaram a indústria no acumulado anual foram produtos têxteis (+10,8%) seguido de produtos de fumo (+10%) que obteve um crescimento acumulado significativo no mês de setembro e reparação e instalação de máquinas e equipamentos (+9,3%). Todos eles apresentando taxas acumuladas significativas, com destaque para o setor têxtil, que vem apresentando o maior acumulado desde março/25.

Na comparação entre janeiro-setembro de 2025 e igual período de 2024, oito segmentos acumularam retração e um apresentou estagnação. O recuo mais significativo veio de impressão e reprodução de gravações (-4,9%), seguido por produtos de madeira (-4,8%) e o setor de produtos derivados do petróleo (-4,2%). De modo geral, o gráfico aponta para uma queda geral da indústria, mesmo que setores como os de bens de capital, produtos têxteis e veículos, mostraram resultados melhores, enquanto áreas mais

ligadas ao consumo interno ou afetadas por sazonalidades continuam apresentando desempenho mais fraco. Outra questão relevante a se levantar é a quantidade de setores presentes na zona negativa na análise do acumulado anual, onde na passagem do mês de agosto para setembro os setores que estavam negativos permaneceram no mesmo patamar. Isso mostra que a recuperação da indústria brasileira está acontecendo de forma lenta e desbalanceada.

Gráfico 3 – Produção física industrial, setores de atividades, Brasil, acumulado anual comparado com o mesmo período do ano anterior (jan / set -2025)



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

Produção industrial catarinense avançou +1,5% em setembro de 2025

O Gráfico 4 ilustra a evolução do índice de produção física da indústria de Santa Catarina entre janeiro de 2020 e setembro de 2025. Vale lembrar que a crise econômica de 2014 a 2016 já havia provocado uma forte retração nesse indicador, com efeitos mais profundos até mesmo do que os da crise de 2008. Entre 2017 e 2019, o setor viveu uma recuperação lenta e contínua, que foi interrompida com o início da pandemia de Covid-19, no começo de 2020. A produção industrial catarinense sofreu uma queda acentuada no primeiro semestre daquele ano, acompanhando a tendência nacional. Porém, a

retomada iniciada a partir de agosto de 2020 foi mais intensa em Santa Catarina do que no restante do país, o que fez com que o índice estadual se mantivesse acima da média nacional até o final de 2022. Após um curto período de aproximação no início de 2023, os índices voltaram a se distanciar, com a indústria catarinense voltando para uma trajetória superior à da indústria brasileira.

Gráfico 4 – Índice de produção física com ajuste sazonal, Santa Catarina, 2020 - set/25
(jan/2020 = 100)



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – PF. Elaboração: NECAT/UFSC

No acumulado de 2024 até dezembro, o descolamento se acentuou, com a indústria catarinense registrando crescimento de (+7,7%) no ano, mostrando maior dinamismo produtivo em relação ao resultado nacional. Esse cenário se modificou no ano de 2025 uma vez que em janeiro (+0,3%) as taxas de crescimento começaram a se reduzir. Este movimento se consolidou nos meses seguintes com fevereiro (-0,1%), março (+0,1%), abril (0%), maio (-0,6%), junho (-0,4%), e julho, que registrou o primeiro crescimento dos últimos quatro meses (+1,5%), agosto contudo voltou a registrar queda acentuada (-2,3%). Agora finalmente no mês de setembro o resultado da produção industrial catarinense voltou a apresentar crescimento (+1,5%) sendo assim o sexto estado com o maior crescimento se comparado com o mês anterior entre as regiões analisadas. Assim, apesar do bom resultado do mês analisado, o desempenho oscilatório reforça a dificuldade da indústria estadual em sustentar o ritmo de crescimento, permanecendo fortemente condicionada às oscilações da indústria e da demanda nacional.

A Tabela 3 apresenta as variações mensais da produção física industrial catarinense em diferentes períodos entre outubro de 2024 e setembro de 2025. Na comparação com o mês anterior, os resultados mostram desempenho positivo apenas em janeiro, março, julho e por fim setembro com crescimentos de respectivamente (+0,3%), (+0,1%), (+1,5%) e (+1,5%). As taxas negativas de crescimento prevaleceram no ano de 2025, sendo que o mês de agosto apresentou a pior variação negativa (-2,3%) desde janeiro de 2024, onde obteve resultado negativo de (-3,4%). “Os números não são surpresa. Eles refletem uma piora na produção industrial do estado, que tem sido fortemente impactada pelos efeitos do tarifaço e também pelos juros altos, que encarecem o crédito e adiam investimentos”, explica o presidente da Federação das Indústrias de SC (FIESC), Gilberto Seleme.

Com relação às variações referentes ao mesmo mês do ano anterior, os maiores avanços ocorreram em outubro de 2024 (+12,5%) e novembro de 2024 (+7,5%), sinalizando forte recuperação no segundo semestre de 2024. Já em 2025, o crescimento perdeu força: janeiro (+7,4%) e março (+8,2%) mantiveram expansão elevada, mas fevereiro (+5,2%), abril (-0,7%), maio (+3,3%), junho (+2,4%), julho (+2,5%) e finalmente agosto (-2,6%) indicaram clara trajetória de desaceleração que também pode ser explicado pela base forte de comparação, visto que, 2024 apresentou altas taxas de crescimento no segundo semestre. Contudo no mês de setembro (+3,6%) Santa Catarina se mostrou mais resiliente com relação ao mesmo mês do ano anterior, apresentando a quarta maior taxa de crescimento no período analisado.

No acumulado do ano, a indústria catarinense iniciou em alta (+7,4% em janeiro de 2025), mas foi perdendo a força de crescimento ao longo dos meses seguintes, até atingir (+3,1%) em setembro. Esse movimento mostra que, embora o setor tenha entrado em 2025 em ritmo acelerado, possivelmente impulsionado pela demanda maior por conta da sazonalidade, a capacidade de expansão vem se reduzindo de forma muito clara desde o mês de março.

Tabela 3 - Variação da produção física industrial em Santa Catarina em diversos períodos

Mês	Mês/Mês anterior (1)	Mês/Mês ano anterior (2)	Acumulado anual (3)	Acumulado doze meses (4)
out/24	1	12,5	7,4	6,7
nov/24	-1,2	7,5	7,4	7,1
dez/24	0,6	6,1	7,3	7,3
jan/25	0,3	7,4	7,4	7,3
fev/25	-0,1	5,2	6,3	7,2
mar/25	0,1	8,2	7	8,1
abr/25	0	-0,7	4,9	6,6
mai/25	-0,6	3,3	4,6	6,3
jun/25	-0,4	2,4	4,2	6,2
jul/25	1,5	2,5	4	5,3
ago/25	-2,3	-2,6	3,1	4,8
set/25	1,5	3,6	3,1	4,5

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior; (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

O acumulado nos últimos 12 meses confirma essa tendência: após alcançar (+8,1%) em março de 2025, o indicador caiu para (+4,5%) em setembro, apontando perda relativamente alta da atividade industrial. Assim, o quadro geral mostra que, apesar do forte desempenho no segundo semestre de 2024, a indústria catarinense enfrenta desaceleração considerável nos dois últimos bimestres, juntamente com o enfraquecimento do cenário industrial nacional.

O desempenho do conjunto dos setores de atividades de Santa Catarina em diferentes períodos de 2025 está descrito na Tabela 4. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a indústria catarinense apresentou resultados distintos entre os setores, com destaque para os que mais cresceram no trimestre analisado como um todo: produtos alimentícios, celulose e papel, produtos químicos e produtos têxteis. Apesar do bom resultado em alguns segmentos, fica evidente a queda na produção de muitos deles como, por exemplo, os setores de móveis, veículos automotores, metalurgia e produtos de metal exceto máquinas e equipamentos que vinha apresentando taxas positivas altas, mas que iniciaram um decréscimo evidente. Esses resultados em princípio podem ser

explicados tanto pela menor produção segmentada quanto pela base de comparação forte que foi 2024.

Tabela 4 - Produção Física Industrial de Santa Catarina por setores de atividades, variação mensal em relação ao mesmo mês do ano anterior / Acumulado do ano em comparação com o mesmo período do ano anterior

Setor de atividade	Mês/mesmo mês do ano anterior			Acumulada no ano		
	jul/25	ago/25	set/25	jul/25	ago/25	set/25
Produtos alimentícios	5,5	1,1	15,7	4,4	4	5,3
Produtos têxteis	1,7	-0,7	5,6	3,8	3,2	3,4
Artigos do vestuário e acessórios	-1,4	-8,1	2	1,8	0,3	0,5
Produtos de madeira	-1,1	-22,1	-8,5	1,8	-1,6	-2,4
Celulose e papel	0,1	4,7	7,6	1,2	1,7	2,3
Produtos químicos	2,6	-6,3	9,2	3,5	2,1	2,9
Produtos de borracha e de mat. Plástico	-1,6	-1,8	-1	0,7	0,4	0,3
Produtos de minerais não metálicos	5,5	-6,8	4,3	6,9	5	4,9
Metalurgia	7,6	-0,6	-7,8	6,1	5,2	3,7
Produtos de metal, exceto máq. e equip.	10	17,7	5,7	18,2	18,1	16,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1,2	-2,7	-2,2	0,5	0,1	-0,2
Máquinas e equipamentos	6,2	6,7	1	7,2	7,1	6,4
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-3,7	-14,5	-15	3,1	0,7	-1,1
Móveis	-5,9	-13	-12	6,3	3,5	1,5

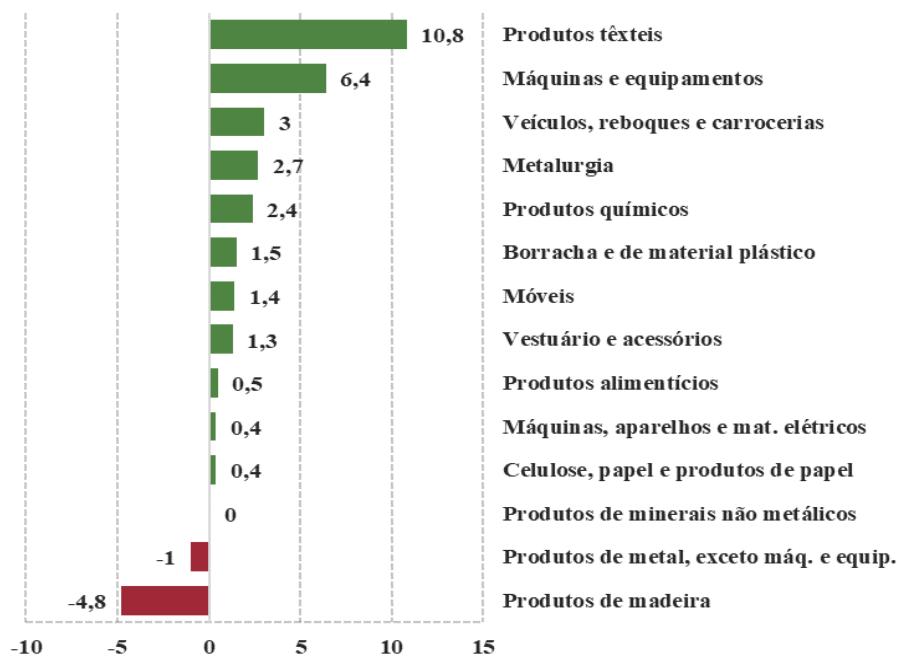
Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

No acumulado de janeiro a setembro de 2025 os resultados apontam para uma forte retração de diversos setores ao comparar os três meses da tabela 4, visto que apenas os setores de celulose e papel e de produtos alimentícios aumentaram seu acumulado no trimestre analisado, sendo que nenhum outro setor apresentou variação positiva. Ao analisar as perdas mais relevantes, destacam-se os setores de produtos de madeira, veículos automotores, móveis, produtos de borracha e artigos de vestuário e acessórios. Portanto, é visível a estagnação dos setores de produção de Santa Catarina, principalmente os que mais utilizam bens de capital.

A consolidação desses resultados setoriais anteriormente mencionados é apresentada por meio do Gráfico 5, que compara quanto cresceu ou caiu um indicador de janeiro até o mês atual em análise, em relação a esse mesmo período do ano anterior. A análise mostra um cenário de crescimento generalizado ainda que em ritmos diferentes. Entre os 14 segmentos analisados, apenas os setores de produtos de madeira e produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, apresentaram resultados

negativos de (-4,8%) e (-1%), respectivamente. Todos os demais setores mostraram resultados positivos ou nulos, com destaque para produtos têxteis (+10,8%), máquinas e equipamentos (+6,4%), veículos (+3%) e metalurgia (+2,7%). Portanto, os dados atuais apresentaram divergências com as análises feitas nos meses anteriores, principalmente nos setores ligados a bens de capital.

Gráfico 5 – Produção física industrial em Santa Catarina por setores de atividades, acumulado no ano (set/25)



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

Já na base do gráfico estão setores como produtos de madeira (-4,8%) com a menor taxa entre os 14 analisados, produtos de metal exceto máquinas e equipamentos (-1%) e produtos de minerais não metálicos (0%). Ainda que com uma diminuição no acumulado anual entre a maioria dos segmentos, a maioria das taxas acumuladas mostram variações positivas com relação ao mesmo período de 2024, o que demonstra certa resistência do ramo industrial de Santa Catarina. Contudo, é importante destacar que a maioria dos ramos apresentaram queda em relação aos últimos quatro meses o que levanta um alerta sobre o quanto a indústria catarinense pode ser resiliente em relação à indústria nacional, que nos últimos meses vem enfrentando forte retração.

Considerações finais

A indústria brasileira encerrou setembro de 2025 com mais uma taxa negativa, mantendo o padrão de instabilidade que vem caracterizando o setor desde o final de 2024. Apesar do leve crescimento no mês de agosto, o desempenho ainda mostra as dificuldades estruturais de retomada de um ciclo consistente de expansão. Os resultados dos últimos doze meses, embora positivos em termos gerais, indicam um crescimento tímido e desigual entre os macrossetores. De modo geral, o panorama industrial nacional continua limitado por entraves internos, como o elevado custo do crédito e a lentidão na redução da taxa Selic, que freiam investimentos e o consumo de bens de maior valor agregado. No cenário externo, a combinação entre o tarifaço norte-americano e a concorrência chinesa impõe desafios adicionais à competitividade da indústria brasileira, afetando setores estratégicos como siderurgia e bens intermediários.

Em Santa Catarina, os resultados reforçam o mesmo movimento presente no plano nacional. Depois de registrar quedas sucessivas e uma leve recuperação em julho e na presente análise em setembro, a produção industrial ainda apresenta diversas taxas negativas ao longo de 2025, acumulando perda de dinamismo. O estado, que havia se destacado positivamente até o fim de 2024, agora enfrenta desaceleração em diversos segmentos tradicionais, como madeira, produtos de metal e veículos. Ainda assim, apesar das sucessivas quedas, os setores ligados à produção de bens de capital, como máquinas e equipamentos e metalurgia, ainda mantêm desempenho relativamente sólido, freando a retração geral.

Assim, tanto em nível nacional quanto regional o quadro industrial de 2025 é marcado por um crescimento frágil, desigual e dependente de fatores externos e de políticas internas que ainda não demonstraram força suficiente para sustentar uma recuperação bem mais consistente.

Referências bibliográficas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Mensal da Indústria. Produção Física (PIM). Rio de Janeiro (RJ): IBGE, setembro de 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Mensal da Indústria. Produção Física Regional (PIM Regional). Rio de Janeiro (RJ): IBGE, setembro de 2025.

IEDI – Instituto de Estudos para o Setor Industrial. Análise IEDI 04/11/25:
https://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20251104_industria.html

FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Análise econômica 23/10/25: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/atividade-economica-de-sc-cai-13-em-agosto-e-reforca-desaceleracao>

SANTA CATARINA REGISTROU LEVE RECUPERAÇÃO DO VAREJO AMPLIADO EM SETEMBRO/25

*Rafael Nicolo Serra Ferreira**

A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é um dos principais instrumentos para se acompanhar a dinâmica conjuntural do comércio varejista no Brasil. O levantamento mensura a receita bruta de revenda em empresas formalmente registradas com 20 ou mais empregados, cuja atividade principal está vinculada ao comércio. De caráter contínuo e com abrangência nacional, a pesquisa cobre as 27 Unidades da Federação, gerando indicadores mensais de volume de vendas e receita nominal e tendo 2022 como ano-base. Além do varejo restrito, a PMC contempla ainda o varejo ampliado, segmento que incorpora atividades como a comercialização de veículos, motocicletas, peças e materiais de construção.

O mês de setembro de 2025 caracterizou-se por um cenário de estabilidade no comércio varejista nacional após as oscilações registradas nos meses anteriores. O resultado reflete um momento de acomodação do setor, que vem se ajustando após o forte dinamismo observado no início do ano e enfrentando um ambiente de consumo mais cauteloso, influenciado por restrições de crédito e perda gradual de fôlego na demanda.

Em termos regionais, o desempenho mostrou-se heterogêneo entre as Unidades da Federação, uma vez que parte dos estados das regiões Norte e Nordeste apresentou retração nas vendas, enquanto algumas economias das regiões Sul e Sudeste registraram leve recuperação, evidenciando diferenças estruturais no comportamento do consumo e nas condições de renda das famílias. Já no estado de Santa Catarina, o comércio manteve um ritmo moderadamente positivo.

O presente texto analisa o comportamento do volume de vendas do comércio no âmbito nacional, referente a setembro de 2025, com ênfase especial no varejo ampliado, para posteriormente aprofundar a análise sobre o desempenho do setor em Santa Catarina. Este acompanhamento, de periodicidade mensal baseia-se nos dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, seguindo suas estratificações territoriais e por atividade econômica, conforme os parâmetros da CNAE 2.0.

Varejo nacional mantém leve recuperação após período de instabilidade

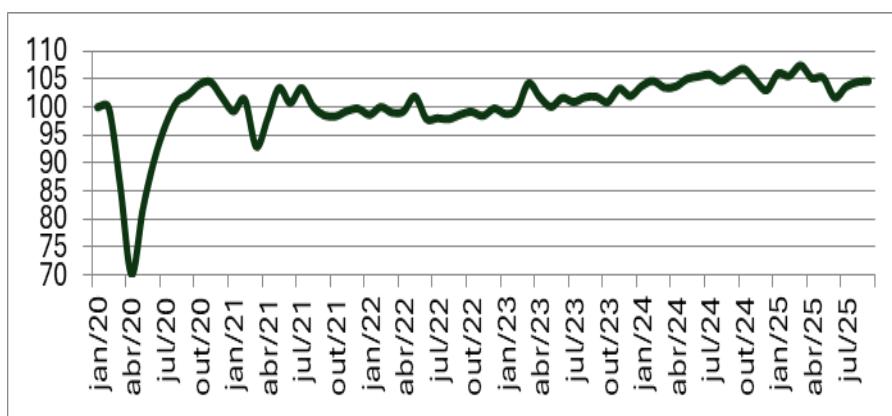
O gráfico 1 ilustra a trajetória do índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado, com ajuste sazonal, cobrindo o período de janeiro de 2020 a setembro de 2025. A

* Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT/UFSC). Email: rafaelnserra@gmail.com

série histórica evidencia os distintos ciclos econômicos vivenciados pelo comércio brasileiro, marcados por fases alternadas de retração, retomada e estabilidade.

No início de 2020, nota-se o impacto severo da pandemia de COVID-19 que provocou uma forte contração nas vendas devido às medidas de isolamento social. Em seguida, houve uma expressiva recuperação ao longo do segundo semestre. Em 2021 o setor operou em um patamar mais regular, ainda que sujeito à oscilações pontuais durante o período de reabertura econômica. O avanço da vacinação em 2022 impulsionou a normalização das atividades comerciais, resultando em um ambiente mais estável de consumo.

Gráfico 1 – Índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado com ajuste sazonal, Brasil, 2020-set 2025 (jan 2020 = 100)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

Durante 2023, o comércio varejista ampliado consolidou uma trajetória de crescimento moderado, superando o patamar pré-pandemia e encerrando o ano em níveis historicamente elevados. Já em 2024, o ritmo de expansão perdeu parte do fôlego, mas manteve resiliência diante das condições econômicas desafiadoras, com destaque para o desempenho constante do primeiro semestre. Em 2025, observou-se uma nova aceleração nas vendas no início do ano, atingindo o pico histórico em março, seguida por uma sequência de meses de acomodação. Após retrações em abril e maio e relativa estabilidade em junho e julho, setembro apresentou leve variação positiva de 0,2% no varejo ampliado na comparação entre agosto e setembro de 2025, sinalizando um início de recuperação após o período de desacelero do dinamismo observado desde o segundo trimestre.

A Tabela 1 apresenta a variação no volume de vendas do comércio varejista ampliado com base nos quatro índices de variação mensurados pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). Na comparação com o mês imediatamente anterior o registro de setembro foi positivo em 0,2%, indicando uma leve retração após a variação de 0,8% em agosto, que já havia interrompido a sequência de quedas observadas entre os meses de abril e junho.

Tabela 1 – Variação volume de vendas do comércio varejista ampliado em diversos períodos,
Brasil

Mês	Mês/Mês anterior (1)	Mês/igual anterior (2)	mês	ano	Acumulado ano (3)	no	Últimos meses (4)	doze
out/24	0,9		7,4		4,3		3,9	
nov/24	-1,9		2		4,1		3,7	
dez/24	-1,7		0,8		3,7		3,7	
jan/25	2,9		2,2		2,2		3,4	
fev/25	-0,4		2,4		2,3		2,9	
mar/25	1,8		-1,2		1,1		3	
abr/25	-2,1		1,1		1,1		2,7	
mai/25	0		1		1,1		2,4	
jun/25	-3,3		-4		0,2		1,9	
jul/25	1,9		-2,4		-0,2		1,1	
ago/25	0,8		-2,1		-0,4		0,7	
set/25	0,2		1,1		-0,3		0,7	

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior; (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o setor registrou crescimento de 1,1%, o primeiro resultado positivo após três meses de retração interanual. No acumulado do ano, o comércio varejista ampliado nacional segue com resultados negativos de -0,3%, indicando que o desempenho de 2025 ainda não compensou as perdas observadas no segundo trimestre. Já nos últimos doze meses, o índice acumula alta de 0,7%, resultado inferior aos 1,1% registrados em julho, evidenciando uma desaceleração no ritmo de expansão em termos de longo prazo. Essa trajetória reflete a persistente fragilidade em alguns segmentos do varejo, especialmente os mais sensíveis às condições de crédito e renda e a moderação da demanda após o pico observado no início do ano.

A Tabela 2 apresenta as variações percentuais do índice de volume do comércio varejista ampliado, estratificado pelos diversos setores, compreendendo os últimos três meses para cada diferente base comparativa. Na comparação do mês atual com o imediatamente anterior ajustado sazonalmente, nota-se a predominância de resultados negativos, com apenas dois setores positivos e oito negativos. O desempenho mais favorável foi observado em “Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos” (+1,3 %), seguido

por “Outros artigos de uso pessoal e doméstico” (+0,5 %). Em sentido oposto, os principais recuos ocorreram em “Livros, jorn., rev. e papelaria” (-1,6%), configurando a maior queda do período, e em “Tecidos, vestuário e calçados” (-1,2%), segmento tradicionalmente sensível às variações de renda e crédito. Também contribuíram negativamente “Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação” (-0,9 %), “Combustíveis e lubrificantes” (-0,9 %) e “Móveis e eletrodomésticos” (-0,5 %), que interrompeu a trajetória de recuperação iniciada no trimestre anterior. Esse conjunto de resultados revela um ambiente ainda volátil em que o consumo de bens duráveis continua limitado pelo custo do financiamento e pela moderação da demanda das famílias.

No segundo grupo, que compara o desempenho do mês corrente com o mesmo mês do ano anterior (setembro de 2025 em relação a setembro de 2024), verifica-se a prevalência de retrações com apenas quatro setores em alta e seis em queda. Os destaques positivos foram “Móveis e eletrodomésticos” (+7,5 %), “Equipamentos e mater. P/ escritório, inform. e comunic.” (+5,8%) e “Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos” (+5,0 %). Já os recuos ocorreram em “Livros, jorn., rev. e pap.” (-2,1%), “Tecidos, vest. e calç” (-1,6%) e “Veíc., motoc., partes e peças” (-1,6%). Esses resultados refletem uma recomposição desigual do comércio, com destaque para o fortalecimento do consumo de produtos farmacêuticos e de bens duráveis domésticos, enquanto setores atrelados ao crédito e à construção civil seguem em retração.

Tabela 2 – Índice e variação da receita nominal e do volume de vendas no comércio varejista ampliado, por atividades, Brasil (2022 = 100)

Atividades de divulgação (Comércio)	Mês/Mês Imediatamente Anterior			Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior			Variação acumulada no ano/Mesmo período ano anterior		
	jul/25	ago/25	set/25	jul/25	ago/25	set/25	jul/25	ago/25	set/25
Comb. e lubrificantes	2	-0,7	-0,9	3,1	0,3	-0,8	0,7	0,7	0,5
Hip, sup., prod. Alim., beb. e fumo	-0,3	0,3	-0,2	0,4	-0,6	-0,6	1,2	1	0,8
Tecidos, vest. e calç.	-3	0,8	-1,2	-1,4	0,6	-1,6	4,4	3,9	3,3
Móveis e eletr.	1,4	0	-0,5	3,2	2,1	7,5	3,9	3,7	4,1
Artigos farm., méd., ortop., de perf. e cosmé.	0,6	0,9	1,3	4	2,5	5	3,5	3,4	3,6
Livros, jorn., rev. e pap.	0,9	-2,1	-1,6	3,6	0,7	-2,1	-1,9	-1,6	-1,7
Equipamentos e mater. P/ escritório, info. e comun.	-3,1	4,9	-0,9	-4,7	-0,7	5,8	-1,3	-1,3	-0,5
Ou. Art. de uso pes. e domé.	-0,7	-0,6	0,5	1,3	1,9	2,8	2,1	2,1	2,1
Veí., motoc., partes e peç	1,4	2,4	-0,8	-9,4	-7,7	-1,6	-2,2	-2,9	-2,8
Material de construção	0,5	0,1	-0,1	-2,7	-6,1	-0,3	1,8	0,7	0,6

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

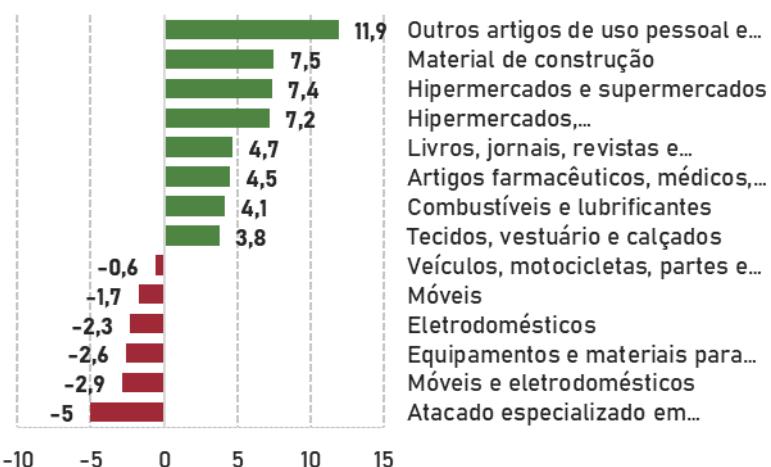
Por fim, o terceiro grupo compara o acumulado do ano com o mesmo período de 2024, permitindo uma leitura do comportamento setorial no longo do ciclo de 2025. O cenário geral mantém-se misto, mas com mais setores em crescimento. Entre os destaques positivos estão “Móveis e eletrodomésticos” (+4,1%), “Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos” (+3,6 %) e “Tecidos, vestuário e calçados” (+3,3 %), que sustentam trajetória ascendente. Em contrapartida, persistem quedas em “Veículos, motocicletas, partes e peças” (-2,8 %) e “Livros, jorn., rev. e pap.” (-1,7%).

O Gráfico 2 ilustra a variação acumulada no ano das atividades do comércio varejista ampliado de setembro de 2025. Das 14 atividades analisadas, oito registraram variação positiva e seis apresentaram resultados negativos, demonstrando um desempenho ainda heterogêneo entre os segmentos que compõem o varejo ampliado. As maiores variações positivas foram observadas em “Outros artigos de uso pessoal e doméstico” (+11,9%), que mantém a liderança entre os setores com melhor desempenho no acumulado do ano, impulsionado pela reativação do consumo de bens não duráveis e produtos de uso cotidiano. Em seguida, destacam-se “Material de construção” (+7,5%), “Hipermercados e supermercados” (+7,4%) e “Livros, jornais, revistas e papelaria” (+4,7%), segmentos que refletem a retomada gradual das vendas

em bens essenciais e educacionais. Também apresentaram resultados positivos “Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria” (+4,5%), “Combustíveis e lubrificantes” (+4,1%) e “Tecidos, vestuário e calçados” (+3,8%), consolidando um avanço moderado, mas consistente em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por outro lado, as atividades com desempenho negativo indicam os principais focos de fragilidade no setor. O “Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo” apresentou a maior retração do período (-5,0%), seguido por “Móveis e eletrodomésticos” (-2,9%), “Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação” (-2,6%) e “Eletrodomésticos” (-2,3%). Além disso, “Móveis” (-1,7%) e “Veículos, motocicletas, partes e peças” (-0,6%) também registraram queda, evidenciando a perda de dinamismo dos bens de maior valor agregado, mais sensíveis às condições de crédito e juros.

Gráfico 2 – Variação do volume de vendas por segmento do comércio varejista ampliado, Brasil, acumulado no ano (setembro)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

Comércio catarinense mantém estabilidade e segue entre os destaques nacionais

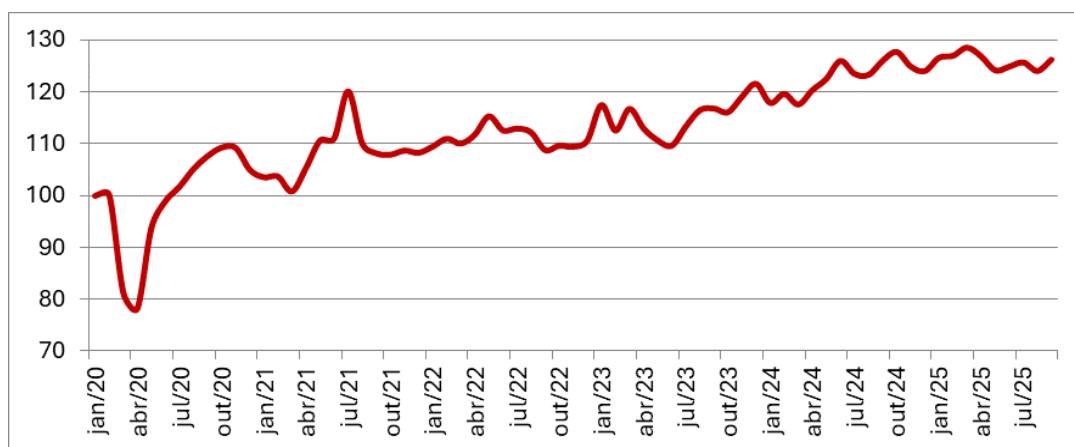
No cenário estadual, o comércio varejista de Santa Catarina manteve um desempenho estável no mês de setembro de 2025, confirmando a tendência de equilíbrio observada ao longo do ano. O resultado reflete um quadro de resiliência do setor que tem conseguido sustentar níveis consistentes de atividade mesmo diante de um ambiente nacional marcado por oscilações e ajustes de consumo.

O comportamento do comércio catarinense segue amparado por fatores estruturais positivos, como o dinamismo do mercado de trabalho, a diversificação produtiva e a capacidade da economia estadual em responder às mudanças do ambiente nacional. Esses elementos têm permitido ao estado preservar um ritmo de vendas equilibrado, sustentando o crescimento de

segmentos ligados ao consumo essencial e à reposição de bens duráveis. Assim, o desempenho de Santa Catarina no mês de setembro reforça seu papel de destaque no contexto nacional, combinando estabilidade conjuntural com fundamentos econômicos sólidos que favorecem a continuidade do avanço do comércio.

O Gráfico 3 apresenta a evolução do índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado em Santa Catarina, entre janeiro de 2020 e setembro de 2025. Observa-se uma queda acentuada no início de 2020, em decorrência dos impactos da pandemia de Covid-19, seguida por uma recuperação expressiva ainda naquele ano, impulsionada pela reabertura gradual das atividades e estímulos ao consumo. A partir de 2021, o indicador passou a oscilar em um patamar de estabilidade elevada, refletindo um comportamento de consolidação do setor varejista catarinense. Já em 2023, verifica-se o início de uma trajetória de crescimento mais consistente, marcada pela expansão das vendas e pela recomposição da renda real. Durante 2024, apesar de alguns sinais de arrefecimento pontual, o comércio manteve níveis elevados de atividade, atingindo novos picos históricos ao longo do segundo semestre. Essa tendência de estabilidade em patamar alto se prolonga ao longo do ano de 2025, com o índice mantendo-se próximo ao recorde alcançado no primeiro trimestre. Já no mês de setembro foi registrado um leve avanço, após o período de acomodação observado nos meses anteriores.

Gráfico 3 – Índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado, Santa Catarina, 2020-set 2025 (jan/2020=100)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

A Tabela 3, ao apresentar os dados do comércio varejista ampliado em Santa Catarina, contempla os resultados referentes ao mês de setembro de 2025, permitindo uma análise que vai além da variação pontual, ao incorporar também as dimensões interanual, acumulada e de longo prazo. Com base nos quatro indicadores calculados pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) — variação em relação ao mês anterior, variação interanual, acumulado no ano e variação em doze meses —, é possível delinear um panorama abrangente da trajetória recente do setor.

Na comparação com o mês anterior, o comércio varejista ampliado catarinense registrou alta de 1,8%, revertendo a queda de -1,3% observada em agosto e sinalizando retomada do ritmo de expansão. Em relação ao mesmo mês de 2024, a variação foi de 3,6%, configurando o primeiro avanço interanual expressivo desde abril e reforçando a recuperação gradual da atividade comercial no estado.

No acumulado do ano, o indicador apresentou estabilidade em 2,9%, resultado idêntico ao de agosto, o que demonstra um comportamento de manutenção de patamar elevado após o crescimento concentrado no primeiro trimestre. Por fim, na variação dos últimos doze meses, o comércio varejista ampliado de Santa Catarina registrou alta de 3,9%, levemente inferior à média observada no início do ano, mas suficiente para manter o estado entre os de melhor desempenho nacional.

Esses resultados reforçam o perfil de resiliência do comércio catarinense, sustentado pelo dinamismo do mercado de trabalho local e pela diversificação das atividades econômicas regionais, fatores que seguem garantindo estabilidade e crescimento moderado mesmo diante de um contexto nacional de desaceleração.

Tabela 3 – Variação do volume de vendas do comércio varejista ampliado em diversos períodos, Santa Catarina

Mês	Mês/Mês anterior	Mês/igual mês ano anterior	Acumulado no ano	Últimos doze meses
out/24	1,4	12,1	7,8	7,7
nov/24	-2,2	5,9	7,6	7,5
dez/24	-0,7	2,2	7	7
jan/25	2,1	7,8	7,8	7,5
fev/25	0,3	5,5	6,7	7,1
mar/25	1,2	5,8	6,4	7,7
abr/25	-1,3	4,7	6	7,2
mai/25	-2,1	1,8	5,1	6,5
jun/25	0,6	-1,1	4,1	5,6
jul/25	0,7	1,5	3,7	4,7
ago/25	-1,3	-2,5	2,9	4
set/25	1,8	3,6	2,9	3,9

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior; (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

A Tabela 4 apresenta a variação do volume de vendas do comércio varejista ampliado por atividades em Santa Catarina, contemplando dois principais indicadores: o comparativo interanual e o acumulado no ano. Na análise do primeiro indicador, observa-se uma predominância de resultados positivos, com oito setores em alta e dois em retração. Os maiores crescimentos foram registrados em “Equip. e mater. para escritório, info. e comunicação” (+25,5%), “Outros artigos de uso pessoal e doméstico” (+7,8%) e “Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo” (+6,3%). Em contrapartida, os setores “Móveis e eletrodomésticos” (-7,1%) e “Tecidos, vestuário e calçados” (-1,9%) permaneceram em retração, refletindo uma leve desaceleração do consumo de bens duráveis, ambos sensíveis à renda e ao crédito.

Tabela 4 - Índice e variação da receita nominal e do volume de vendas no comércio varejista ampliado, por atividades, Santa Catarina (2022 = 100)

Atividades de divulgação (Comércio)	Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior			Variação acumulada no ano/Mesmo período ano anterior		
	jul/25	ago/25	set/25	jul/25	ago/25	set/25
Comb.e lubrificantes	5,6	5,8	5,3	3,7	4	4,1
Hiper., super, prod. Alim, bebidas e fumo	8,7	5,9	6,3	7,5	7,3	7,2
Tecidos, vestuário e calçados	-7,5	0	-1,9	5,1	4,5	3,8
Móveis e eletrodomésticos	-12,6	-15,3	-7,1	-0,4	-2,3	-2,9
Artigos farma., méd., ortopé., de perfumaria e cosméticos	3	-1,3	3,6	5,5	4,7	4,5
Livros, jorn., revis. e papelaria	8	7,5	5,1	4,4	4,7	4,7
Equip. e mater. para escritório, info. e comunicação	5,3	5,4	25,5	-7,1	-5,7	-2,6
Outros arti. de uso pe. e domés.	5,5	3,2	7,8	13,7	12,3	11,9
Veí., motoc., partes e peças	-5,7	-8,3	1,8	0,3	-0,9	-0,6
Material de construção	17,3	-4,1	6	9,6	7,7	7,5

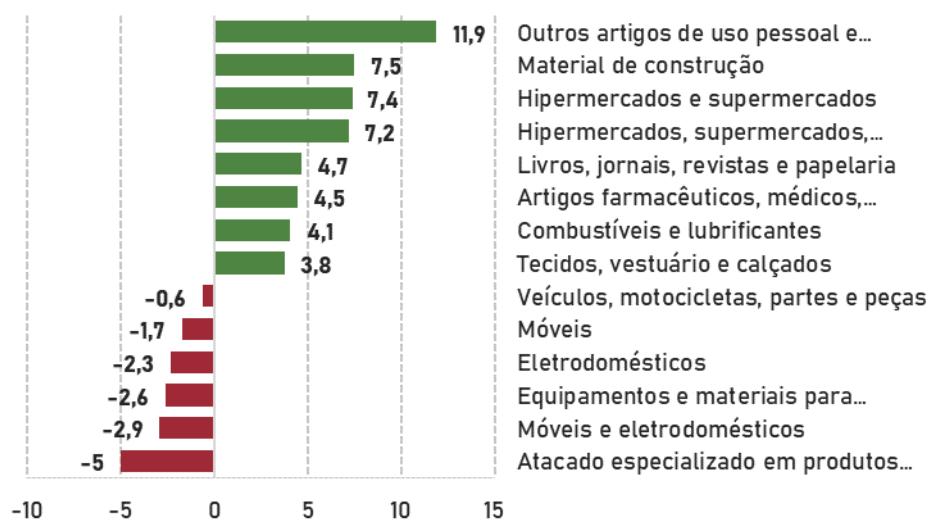
Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

Quanto ao segundo indicador, que mede o acumulado do ano em relação ao mesmo período de 2024, o comércio catarinense também apresenta um quadro favorável, com sete setores em crescimento e três em queda. Os principais destaques positivos são “Outros artigos de uso pessoal e doméstico” (+11,9%), “Material de construção” (+7,5%) e “Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo” (+7,2%), que lideram o desempenho estadual no acumulado. Também cresceram “Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de

perfumaria e cosméticos” (+4,5%), “Livros, jornais, revistas e papelaria” (+4,7%) e “Combustíveis e lubrificantes” (+4,1%), demonstrando estabilidade na demanda interna. Por outro lado, “Móveis e eletrodomésticos” (-2,9%) e “Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação” (-2,6%) continuam sendo os segmentos mais impactados, com retrações ao longo de 2025.

O Gráfico 4 apresenta a variação acumulada no ano do volume de vendas por segmento do comércio varejista ampliado em Santa Catarina, com base na Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) de setembro de 2025. Dos catorze grupos analisados, oito registraram resultados positivos e seis apresentaram quedas, revelando um cenário de expansão concentrada em segmentos de consumo essencial e bens de reposição. Entre os destaques positivos, o setor de “Outros artigos de uso pessoal e doméstico” manteve a liderança com crescimento de 11,9%, impulsionado pela demanda interna e pelo bom desempenho do comércio físico e online. Em seguida aparecem “Material de construção” (+7,5%) e “Hipermercados e supermercados” (+7,4%). Outros segmentos que apresentaram resultados positivos foram “Livros, jornais, revistas e papelaria” (+4,7%), “Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria” (+4,5%), “Combustíveis e lubrificantes” (+4,1%) e “Tecidos, vestuário e calçados” (+3,8%).

Gráfico 4 - Variação do volume de vendas por segmento do comércio varejista ampliado, Santa Catarina, acumulado no ano (setembro)



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

Em contrapartida, os setores com variações negativas continuam concentrados em bens duráveis e atividades dependentes de crédito. As maiores retrações foram observadas em “Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo” (-5,0%), “Móveis e eletrodomésticos” (-2,9%) e “Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação” (-2,6%). Além disso, “Eletrodomésticos” (-2,3%) e “Móveis” (-1,7%) também

registraram queda, refletindo o impacto das condições financeiras mais restritivas sobre o consumo de bens de maior valor.

De forma geral, o gráfico demonstra que o varejo catarinense segue com desempenho sólido, sustentado pelos setores de bens essenciais e de consumo corrente, enquanto os segmentos de maior valor agregado permanecem em trajetória de ajuste diante da moderação do crédito e do consumo das famílias.

Considerações finais

O resultado do comércio varejista em setembro de 2025 reforça o quadro de acomodação e estabilidade que caracteriza o segundo semestre do ano. Após um início de 2025 mais aquecido, o setor apresentou sinais de moderação influenciado por um ambiente de consumo mais seletivo e por restrições de crédito ainda presentes. Mesmo assim, segmentos essenciais mantêm certa resistência, garantindo que o nível de atividade não sofra quedas mais expressivas.

Em Santa Catarina o comércio mantém um comportamento mais consistente em comparação ao cenário nacional. O estado segue apoiado em uma base econômica diversificada, com destaque para os setores de serviços e comércio, que permanecem entre os principais responsáveis pela geração de empregos formais. Essa estrutura garante estabilidade e capacidade de sustentação das atividades comerciais mesmo em períodos de maior incerteza econômica.

A Fecomércio SC aponta também uma melhora na disposição de compra das famílias, impulsionada pela recuperação da renda real e pela confiança do consumidor em datas comemorativas. O aumento da intenção de compras para o Dia das Crianças a ser celebrado no mês de outubro demonstra que o consumo catarinense segue ativo, embora mais racional, concentrando-se em produtos de necessidade e lazer. Esse padrão revela um comportamento de consumo planejado e cauteloso, mas ainda capaz de manter o dinamismo do comércio estadual.

De forma geral, o cenário para o fechamento de 2025 é de cautela e expectativa. O comércio tende a se manter estável, com pequenas oscilações nos próximos meses. As perspectivas de avanço mais consistente ainda dependem da evolução das condições de crédito e da confiança dos consumidores. Santa Catarina, por sua vez, deve continuar ocupando posição de destaque, não por crescimento acelerado, mas por sua capacidade de se manter estável.

Referências bibliográficas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal do Comércio.** Rio de Janeiro (RJ): IBGE, Setembro de 2025.

IBGE – Comércio varia -0,3% em setembro e registra quarto resultado negativo seguido. IBGE, nov. 2025. 1 arquivo PDF. (Pesquisa Mensal de Comércio).

FECOMÉRCIO-SC – Serviços e comércio respondem por 63% das vagas de emprego criadas em julho. Fecomércio-SC, jul. 2025. Disponível em: <https://www.fecomercio-sc.com.br/noticias/servicos-e-comercio-respondem-por-63-das-vagas-de-emprego-criadas-em-julho/>

FECOMÉRCIO-SC – Intenção de compras para o Dia das Crianças cresce 11% e chega a R\$ 283 em SC. Fecomércio-SC, out. 2025. Disponível em: <https://www.fecomercio-sc.com.br/noticias/intencao-de-compras-para-o-dia-das-criancas-cresce-11-e-chega-a-r-283-em-sc/>

SETORES DE SERVIÇOS E COMÉRCIO SUSTENTARAM O SALDO DE EMPREGOS FORMAIS EM SANTA CATARINA NO MÊS DE SETEMBRO/25

Tamires Boing¹
João Marcelo Sovinski²
Renan Angst Marcomini³

Os dados do Novo Caged de setembro/2025 revelaram que o mercado de trabalho formal do país se expandiu no mês em 0,4% com abertura de 213 mil postos formais. Já em Santa Catarina foram gerados 11,3 novos postos formais de trabalho, correspondendo a uma variação de 0,4%. Quando descontados os efeitos sazonais, esse crescimento é menor, da ordem de 0,2% em ambos os casos.

O estoque mensal de empregos formais apresentou, em setembro/25, 48,9 milhões de vínculos ativos no Brasil e 2,6 milhões de vagas formais em Santa Catarina. Na análise do desempenho acumulado em 12 meses verifica-se um crescimento dos estoques de empregos inferior no estado, sendo de 2,7% contra 2,9% no Brasil. No entanto, quando analisado o desempenho acumulado de janeiro a setembro de 2025 dos empregos formais gerados, Santa Catarina registra uma alta de 3,7%, frente aos 3,6% observados no cenário nacional.

¹ Graduanda em Ciências Econômicas na UFSC e bolsista do NECAT. Email:tmrsbng@gmail.com

² Graduando em Ciências Econômicas na UFSC e bolsista do NECAT. Email:Sovinskiapc@gmail.com

³ Graduando em Ciências Econômicas na UFSC e bolsista do NECAT. Email:ramarcomini@hotmail.com

Tabela 1 – Saldo de vínculos formais de trabalho no Brasil e em Santa Catarina (Setembro/2025).

		Brasil	Santa Catarina
Estoque	set./25	48.912.343	2.663.690
	set/	213.002	11.366
Saldos			
	<i>jan-set/25</i>	1.716.600	95.054
	<i>Mês</i>	0,4%	0,4%
	<i>Mês - com ajuste*</i>	0,2%	0,2%
Variações			
	<i>Ano**</i>	3,6%	3,7%
	<i>Em 12 meses***</i>	2,9%	2,7%

Fonte: Novo Caged (2025); Elaboração: NECAT/UFSC

*Variação contra mês anterior, na série dessazonalizada

** Estoque de empregos em set/25 vs. estoque em dez/24

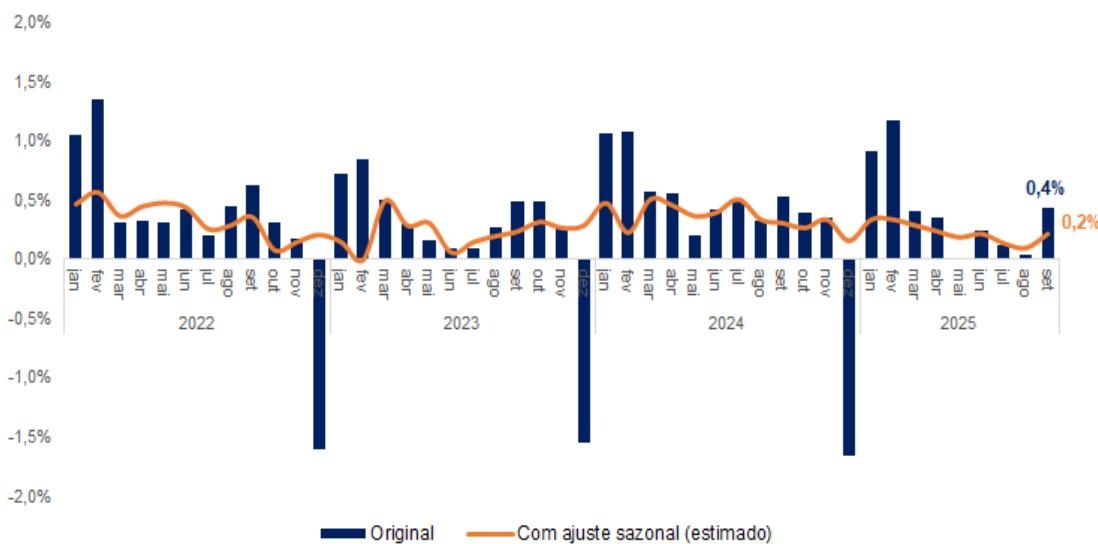
*** Estoque de empregos em set/25 vs. estoque em set/24⁴

Embora haja incertezas relacionadas ao ajuste sazonal na série histórica do Novo Caged⁵, as informações apresentadas no Gráfico 1 indicam que Santa Catarina apresentou um crescimento idêntico à média nacional quando descontados esses efeitos.

⁴ Embora à primeira vista possa parecer que de set/24 a set/25 contabiliza-se 13 meses, por se tratar de uma medida de variação do estoque mês a mês, o valor acumulado compreende o período de 12 meses.

⁵ Qualquer dessazonalização feita a partir dos dados do Novo Caged deve ser analisada com muita cautela. Como a série tem início em 2020, a observação de seus padrões sazonais deve ser complementada com os dados do Caged antigo. No entanto, conforme temos alertado constantemente, essas bases não são plenamente comparáveis entre si, uma vez que a transição para o Novo Caged inchou as estatísticas do emprego formal, seja pela inclusão de novas categorias de vínculos, ou pela maior abrangência de captação. Com isso, é possível que haja um viés de alta nos resultados dessazonalizados.

Gráfico 1 – Crescimento estimado do estoque de empregos formais (Santa Catarina, 2022-2025) - Série original e com ajuste sazonal



Fonte: Novo Caged (2025) e NECAT/UFSC (2025); Elaboração: NECAT/UFSC

O objetivo deste texto é analisar o desempenho do mercado formal de trabalho catarinense em setembro de 2025, à luz dos resultados nacionais. Para isso, serão analisadas a seguir a dinâmica da geração de empregos por setor de atividade econômica, o perfil sociodemográfico dos trabalhadores, seu patamar remuneratório e sua distribuição regional.

Desempenho por setor de atividade econômica

A Tabela 2 apresenta a distribuição do estoque e o saldo de empregos formais por setor de atividade econômica no Brasil e em Santa Catarina em setembro de 2025. Os resultados evidenciam que, nos dois casos, grande parte desses empregos se concentraram no setor de serviços.

No Brasil, foram registradas 106 mil vagas formais geradas no setor de serviços, com uma variação mensal de 0,5%. Esse resultado foi promovido, principalmente, pelas admissões na área da educação, em destaque na educação infantil e ensino médio, restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas e nas atividades de locação de mão de obra temporária. O setor de serviços contabilizou em setembro um estoque de 23,9 milhões de vínculos ativos. No acumulado de 2025, o setor gerou um saldo de 880,2 mil novas vagas, consolidando-se, como maior gerador de empregos formais entre os demais setores.

O setor industrial gerou 43 mil novos empregos, com uma variação de 0,5% em setembro. Esse crescimento foi impactado pelas contratações significantes na fabricação de produtos alimentícios, especialmente na fabricação de açúcar em bruto, que foi de longe o motor da contratação do emprego formal na indústria, destaca-se também a fabricação de produtos materiais plásticos. Os desligamentos na fabricação de produtos de madeira e na fabricação de produtos de fumo impactaram o saldo do setor negativamente. A indústria registrou no mês um estoque de 9,2 milhões de postos de trabalho vigentes. No acumulado de 2025, o setor industrial registrou um saldo de 315,8 mil vagas formais.

O setor de comércio apresentou um saldo de 36,2 mil novas vagas, o que correspondeu a um crescimento de 0,3%. O subsetor de comércio varejista foi responsável pela geração de cerca de 65% dos empregos gerados, especialmente no comércio varejista com predominância de produtos alimentícios de supermercado e no comércio varejista de produtos farmacêuticos. O setor de comércio apresentou um estoque mensal de 10,7 milhões de empregos ativos. No recorte do acumulado de 2025, o setor 191,5 mil novas vagas formais.

Na construção foram geradas 23,8 mil novas vagas formais, representando a maior expansão entre os setores, na ordem de 0,8%, sustentado principalmente pelas admissões na construção de edifícios, na instalação e manutenção elétrica e na construção de rodovias. O estoque de vínculos ativos no setor de construção foi de 3 milhões no mês de agosto. Na análise do acumulado do ano de 2025, o setor de construção contabilizou um saldo de 218,2 mil vagas formais.

Por fim, o setor agropecuário teve o menor saldo dentre os demais setores, com um saldo de 3,1 mil empregos, representando uma variação de 0,2% no mês. Influenciando positivamente, as admissões principalmente no cultivo de cana-de-açúcar e no cultivo de laranja. O setor agropecuário registrou um estoque mensal de 1,9 milhões de veículos ativos. No acumulado do ano, a agropecuária apresenta a menor contribuição entre os setores com um saldo de 110,8 mil novos postos formais.

Tabela 2 – Saldo e estoque por setor de atividade econômica no Brasil e em Santa Catarina (Setembro/25)

	Brasil				Santa Catarina			
	Estoque	Saldo ano*	Saldo mês	Var. Mês	Estoque	Saldo ano*	Saldo mês	Var. Mês
Agropecuária	1.907.567	110.800	3.167	0,2%	48.099	336	639	1,4%
Indústria	9.242.230	315.874	43.095	0,5%	828.166	29.259	360	0,0%
Construção	3.075.462	218.202	23.855	0,8%	150.149	13.234	449	0,3%
Comércio	10.776.286	191.525	36.280	0,3%	551.918	8.437	2.343	0,4%
Serviços	23.910.796	880.210	106.606	0,5%	1.085.357	43.795	7.576	0,7%
Total	48.912.343	1.716.600	213.002	0,4%	2.663.690	95.054	11.366	0,4%

Fonte: Novo Caged (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

*Cálculo da variação mensal (%) = Saldo do mês atual/Estoque do mês anterior.

Em Santa Catarina o setor de serviços gerou um saldo de 7,5 mil novos empregos, correspondendo a um crescimento relativo de 0,7%, representando a segunda maior expansão dentre os demais setores. Em setembro, o saldo foi influenciado pelas admissões na locação de mão de obra temporária, subsetor que apresentou uma elevação na quantidade de vagas quando comparado aos mesmos períodos dos anos anteriores, as atividades de publicidade e os serviços de escritório. Outro destaque foi o segmento de logística, em especial nos serviços de armazenamento, carga e descarga, beneficiada em função da maior comercialização de mercadorias adquiridas em plataformas de comércio eletrônico, o que acaba movimentando o armazenamento de mercadorias, a logística e o transporte até o consumidor final (PMS/IBGE, 2025) e no transporte rodoviário de cargas, que de acordo com o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, sendo o subsetor o principal responsável pela manutenção do setor de serviços em alta (PMS/IBGE, 2025). Negativamente, o saldo foi impactado por um desligamento considerável de trabalhadores na área da saúde, mais especificamente nas atividades de apoio à gestão de saúde. O setor registrou em setembro um estoque de 1 milhão de postos de trabalho vigentes. No acumulado de 2025, o setor de serviços registrou um saldo de 43,7 mil novos postos formais de trabalho no estado — o maior dentre todos os demais setores.

O setor de comércio apresentou um saldo de 2,3 mil postos formais, com uma variação mensal de 0,4%. Grande parte das vagas abertas se concentram no comércio varejista, especialmente no comércio varejista com predominância de produtos alimentícios e no comércio varejista de combustíveis para veículos. O varejo atacadista

de mercadorias em geral também despontou com um bom desempenho. O comércio contabilizou um estoque de 551,9 mil de vínculos ativos. No acumulado do ano, o setor registrou um saldo de 8,4 mil novos postos de trabalho formal.

O setor agropecuário foi responsável pela abertura de 639, e com o maior crescimento relativo entre os demais setores, na ordem de 1,4%. Positivamente o saldo foi impactado pelas admissões no cultivo da maçã e nas atividades de apoio à agricultura. Negativamente, ocorreram os desligamentos no cultivo da cebola, que se encontra na etapa de desenvolvimento para o início da colheita previsto para setembro. Segundo a Epagri, a safra catarinense foi toda implantada e se encontra na fase de desenvolvimento vegetativo, com 94% das lavouras em boas condições, com expectativas de desempenho superior ao da safra passada. A agropecuária registrou no mês um estoque de 48 mil postos de trabalho vigentes. No acumulado do ano, o setor registrou um saldo de 336 postos formais, o menor entre os setores catarinenses.

O setor de construção gerou um saldo de 449, com um crescimento de 0,3% em relação ao mês anterior. Os segmentos de construção de edifícios e a instalação de sistemas de ventilação e refrigeração concentraram boa parte das novas vagas. O estoque de vínculos ativos no setor de construção foi de 150,1 mil no mês de setembro. Na análise do acumulado do ano de 2025, o setor de construção contabilizou um saldo de 13,2 mil vagas formais.

Por fim, o setor industrial, revertendo o resultado do mês anterior, apresentou um saldo positivo de 360 vínculos formais, o que representou uma variação nula. A fabricação de produtos alimentícios contribuiu positivamente com o resultado do setor, em especial a fabricação de laticínios e o abate e fabricação de produtos de carne, resultado possivelmente explicado pelo estado ter encerrado do mês de setembro de 2025 com resultados históricos nas exportações de carnes, com 197,7 mil toneladas em carnes (frango, suínos, perus, patos, marrecos, bovinos e outras) totalizando US\$ 438,1 milhões em receitas — o maior valor mensal já registrado na série histórica, iniciada em 1997 e o segundo melhor desempenho em quantidade. Outro destaque foi a confecção de artigos de vestuário e acessórios e a fabricação de produtos têxteis que contribuíram positivamente com o resultado do setor. Negativamente, os desligamentos na fabricação de produtos de madeira e na fabricação de móveis, efeito possivelmente relacionados às tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre esses e outros produtos industriais brasileiros, e os desligamentos na fundição de ferro e aço, no qual o resultado negativo

reflete um cenário de maior aperto monetário, com a redução da oferta de crédito para atividades de produção intensiva em capital, como é o caso da indústria metalúrgica, impactaram o resultado do mês (FIESC, 2025). O setor industrial apresentou um estoque mensal de 828,1 mil empregos ativos. No acumulado do ano, entretanto, a indústria ainda mantém um saldo positivo de 29,2 mil vagas formais.

Perfil sociodemográfico dos empregos gerados

A Tabela 3 apresenta os saldos e a variação mensal de acordo com o perfil sociodemográfico dos empregos gerados (sexo, faixa etária e grau de instrução). No Brasil, houve uma diferença considerável na geração de empregos entre os sexos, com o saldo masculino levemente superior feminino. Já em Santa Catarina não houve grande discrepância no recorte por sexo, com um saldo positivo nas novas 5,8 mill vagas ocupadas pelas mulheres frente ao saldo de 5,5 mill vagas ocupadas pelos homens. Ainda que haja uma distribuição proporcional no saldo dos serviços (principal gerador de vagas no mês), nos demais setores em retração no mês de setembro/25, especialmente na indústria, houve uma expressiva predominância masculina.

Analizando a composição etária do saldo, percebe-se que em âmbito nacional, houve predominância das novas vagas geradas aos trabalhadores até os 24 anos de idade, com saldo de 53,2 mil e variação de 1,4%. A faixa etária de 50 anos ou mais foi a única a registrar um saldo negativo, no qual o fechamento de 4,6 mil vagas representou uma variação inalterada. Já em Santa Catarina, a faixa etária que registrou o maior saldo positivo foi a de até 24 anos, com um saldo de 7,7 mil jovens trabalhadores, com uma variação mensal de 1,2%. Dentre as retrações, a faixa etária de 50 anos ou mais apresentou maior desaceleração, na ordem de 0,0%, refletindo movimento semelhante ao observado no plano nacional.

Por fim, analisando o grau de instrução dos trabalhadores formais para ter uma perspectiva melhor da qualificação dos trabalhadores, no Brasil, percebe-se que 80% das vagas geradas está concentrada ao grau de ensino médio, com 142,7 mil trabalhadores com ensino médio completo e 28 mil com o ensino médio incompleto. Já no estado catarinense, assim como no âmbito nacional, a maior parte das vagas foram geradas no grau de instrução de ensino médio, com 7 mil catarinenses com ensino médio completo e 2.1 mil com médio incompleto.

Tabela 3 – Saldo de emprego formal segundo sexo, idade e escolaridade no Brasil e em Santa Catarina (Setembro/25).

		Brasil		Santa Catarina	
		<i>Saldo</i>	<i>Var.</i>	<i>Saldo</i>	<i>Var.</i>
Sexo	Homens	117.145	0,4%	5.561	0,4%
	Mulheres	95.857	0,4%	5.805	0,4%
Faixa etária	Até 24 anos	142.058	1,4%	7.758	1,2%
	25 a 29 anos	25.491	0,3%	1.447	0,4%
	30 a 39 anos	27.424	0,2%	1.731	0,2%
	40 a 49 anos	22.696	0,2%	657	0,1%
	50 anos ou mais	-4.667	0,0%	-227	0,0%
	Analfabeto	3.098	1,1%	36	0,2%
	Fundamental incompleto	16.008	0,4%	721	0,3%
	Fundamental completo	3.887	0,1%	245	0,1%
Grau de instrução	Médio incompleto	28.606	0,9%	2.163	0,9%
	Médio completo	142.789	0,4%	7.010	0,5%
	ES Incompleto	7.412	0,3%	556	0,4%
	ES Completo	11.202	0,1%	635	0,1%
Total		213.002	0,4%	11.366	0,4%

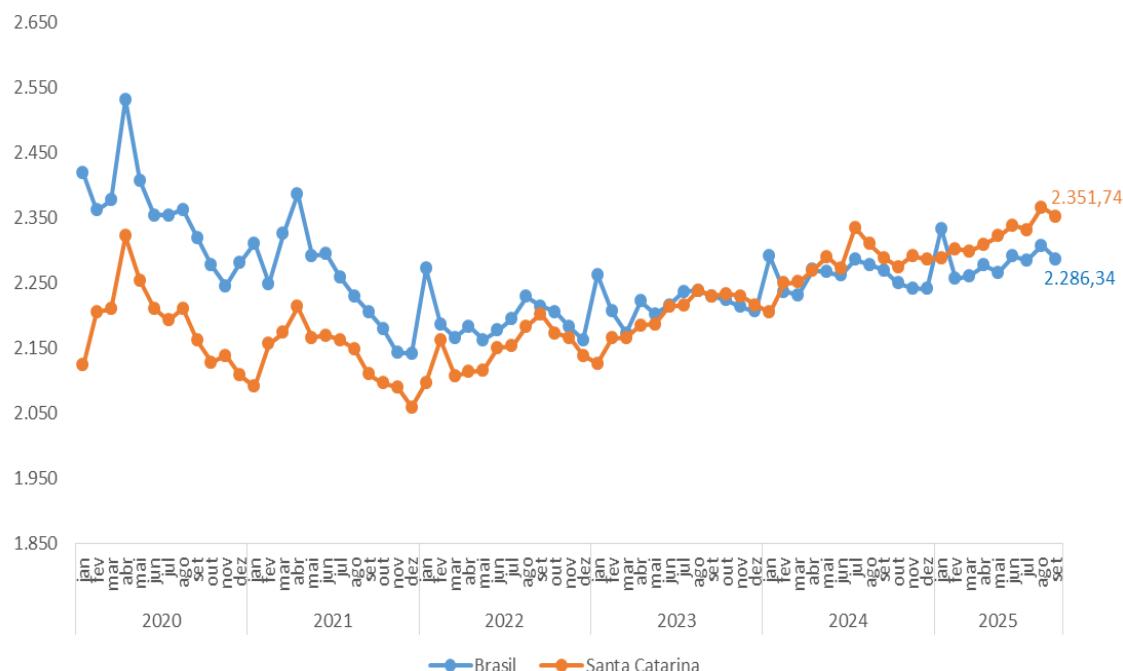
Fonte: Novo CAGED e RAIS (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

Evolução salarial

O gráfico 2 representa a variação do salário médio de admissão para o Brasil e Santa Catarina entre 2020 e 2025. Identifica-se que os salários médios tiveram variação negativa no mês de setembro, permanecendo, no entanto, com uma variação positiva na comparação interanual, tanto em nível nacional (0,8%) como estadual (2,8%). Em

decorrência, Santa Catarina atingiu o salário médio de admissão de R\$2.351,74, enquanto no Brasil esse valor atingiu o patamar de R\$2.286,34. Neste caso, as variações mensais foram de -0,6% e -0,8%, respectivamente.

Gráfico 2 – Salário médio real de admissão (Brasil e Santa Catarina, 2020-2025)



Fonte: Novo Caged (2025); Elaboração: NECAT/UFSC

Nota: seguindo a metodologia adotada pelo MTE, o salário médio foi deflacionado pelo INPC e calculado desconsiderando vínculos de trabalho intermitente e salários declarados abaixo de 0,3 SM ou acima de 150 SM.

A Tabela 4 mostra como se distribuiu o número de admissões em Santa Catarina pelas diversas faixas salariais. Os dados revelam que 88,5% da população recebe até 2 salários mínimos, demonstrando uma imensa desigualdade social. Olhando para os meses anteriores, não há indicação de que seja apenas algo momentâneo do mercado de trabalho, mas sim algo estrutural, como também ocorre no Brasil como um todo.

Do total de catarinenses contratados no mês de setembro/25, 8,9 mil (6,2%) recebiam até 1 salário mínimo, 119,2 mil (82,3%) recebiam de 1 até 2 salários mínimos e apenas 16,7 mil trabalhadores recebiam salários acima de 2 salários mínimos (pouco mais de 11% do total de contratados).

Tabela 4 – Admissões por faixa salarial (Santa Catarina, setembro/25)

	Acumulado no ano*		Mês	
	Admissões	Part.	Admissões	Part.
Até 1 SM	97.332	7,2%	8.973	6,2%
De 1,01 a 2 SM	1.109.117	82,2%	119.284	82,3%
De 2,01 a 3 SM	99.989	7,4%	12.047	8,3%
De 3,01 a 5 SM	31.281	2,3%	3.471	2,4%
Mais que 5 SM	11.091	0,8%	1.245	0,9%
Total	1.348.810	100%	145.020	100%

Fonte: Novo Caged (2025) e RAIS (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

A Tabela 5 mostra como se distribuiu o número de demissões em Santa Catarina pelas diversas faixas salariais. Os dados mostram que 85,2% da população demitida recebia até 2 salários mínimos, um valor inferior ao nível de admissões na mesma faixa salarial, o que indica uma concentração de empregos em níveis salariais mais baixos. Tal como se verifica nas admissões, o movimento de demissões também reforça o caráter desigual do mercado de trabalho catarinense.

Tabela 5 – Desligamentos por faixa salarial (Santa Catarina, setembro/25).

	Acumulado no ano*		Mês	
	Desligamentos	Part.	Desligamentos	Part.
Até 1 SM	80.905	6,0%	7.437	5,6%
De 1,01 a 2 SM	1.010.385	74,9%	106.400	79,6%
De 2,01 a 3 SM	113.591	8,4%	14.123	10,6%
De 3,01 a 5 SM	35.971	2,7%	4.113	3,1%
Mais que 5 SM	12.763	0,9%	1.581	1,2%
Total	1.253.615	100%	133.654	100%

Fonte: Novo Caged (2025) e RAIS (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

Do total de catarinenses demitidos em setembro/25, 7,4 mil (5,6%) recebiam até 1 salário mínimo, 106,4 mil (79,6%) recebiam de 1 até 2 salários mínimos e 19,8 mil trabalhadores recebiam salários acima de 2 salários mínimos (cerca de 14,9% do total de demitidos). Reforçando nossa tese de concentração de trabalhadores em faixas salariais mais baixas, verificamos que as demissões foram consideravelmente maiores que o

nível de contratações na mesma faixa salarial, gerando uma diferença de 3,3%, ou seja, 3,1 mil trabalhadores. De modo geral, podemos ver o movimento de demissões maiores em faixas salariais maiores e admissões maiores nas faixas salariais menores.

Distribuição geográfica dos empregos em Santa Catarina

A tabela 6 sintetiza os dados das seis mesorregiões do estado. Em termos absolutos, o principal destaque foi a região do Vale do Itajaí, que registrou a criação de 3,9 mil vagas formais, com um crescimento de 0,5%. Tal resultado foi puxado majoritariamente pelas vagas abertas no setor de serviços, principalmente nas atividades de publicidade, nos serviços de escritório e no transporte rodoviário de cargas, com concentração nas cidades de Itajaí e Blumenau. Os desligamentos na fabricação de produtos de madeira na cidade de Ibirama afetaram negativamente. No recorte do acumulado de 2025, a região Vale do Itajaí apresenta o maior saldo estadual, com 28,1 mil empregos formais criados.

A região da Grande Florianópolis apresentou um saldo de 3,3 mil novos empregos formais, correspondendo a uma variação relativa de 0,5% em relação ao mês anterior. Grande parte das vagas foram geradas no setor de serviços, com destaque para locação de mão de obra temporária nos municípios de São José e Palhoça; no armazenamento, carga e descarga, na Governador Celso Ramos e em São José; e nas atividades de teleatendimento com predominância em Florianópolis. Na análise do acumulado de 2025, a região contabiliza 17,2 mil vínculos formais.

A região Oeste gerou um saldo de 2,2 mil novas vagas formais, com uma expansão de 0,5%. Os empregos foram predominantes no setor de serviços, destacando o transporte rodoviário de cargas, impactado pelo escoamento de produtos no mês; em Concórdia no setor agropecuário, com destaque para o cultivo de tomate e o cultivo da maçã. O segmento industrial de abate e fabricação de produtos de carne, nos municípios de Guatambu e Chapecó, também tiveram resultados positivos. No acumulado de 2025, a região Oeste apresenta o segundo maior saldo do estado, com 19,2 mil vínculos formais.

Tabela 6 – Saldo de empregos formais por mesorregião (Santa Catarina, setembro/25)

	<i>Saldo ano*</i>	<i>Saldo</i>	<i>Var.</i>
Vale do Itajaí	28.185	3.926	0,5%
Norte	15.712	1.584	0,3%
Oeste	19.235	2.272	0,5%
G. Florianópolis	17.264	3.348	0,5%
Serrana	3.470	165	0,1%
Sul	11.188	71	0,0%
Total	95.054	11.366	0,4%

Fonte: Novo Caged (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

A região Norte, após dois meses consecutivos de retração, voltou a contabilizar um saldo positivo de 1,5 mil novas vagas, o que correspondeu a um crescimento de 0,3%. Os principais destaques foram os serviços de locação de mão de obra temporária e as atividades de limpeza, nos municípios de Joinville e Guaramirim. O fechamento de vagas no subsetor moveleiro, em São Bento do Sul; de desdobramento de madeira, na cidade de Rio Negrinho; assim como a fabricação de peças para veículos automotores em Campo Alegre e a fabricação de compressores e de fundição em Joinville afetaram negativamente o saldo da região. No acumulado do ano a região Norte do estado contabiliza 15,7 mil vínculos formais.

A região Serrana registrou um saldo positivo, que até o momento só ocorreu no primeiro trimestre do ano, com um saldo modesto de 165 vagas formais, o que representou uma variação mensal de 0,1%. Destaque para os empregos gerados no cultivo de maçã, em São Joaquim e Monte Carlo, e na fabricação de produtos alimentícios na cidade de Lages. No registro do acumulado do ano de 2025, foram geradas 3,4 mil vagas de trabalho formais, situando-se como a região com o menor saldo dentre os demais.

Por fim, a região Sul gerou um saldo de 71 vagas, correspondendo a variação nula. Boa parte das vagas da região foram geradas na construção de edifícios, nas cidades de Tubarão e Imaruí, na fabricação de laticínios em Içara e outros serviços prestados a empresas em Criciúma. Uma quantidade destoante de desligamentos foi registrada nas atividades de apoio à saúde na cidade de Jaguaruna e no processamento

industrial de fumo em Araranguá. No acumulado de 2025, o Sul catarinense registrou 11,1 mil vínculos de trabalho formal.

A Tabela 7 apresenta o saldo e a variação mensal dos empregos nas 13 cidades catarinenses com mais de 100 mil habitantes. Dentre os 295 municípios de Santa Catarina, esses 13 concentraram a criação de 7,3 mil empregos formais, representando aproximadamente 70% de todos os vínculos formais de trabalho gerados no estado. Dentre elas, destacam-se Florianópolis, com 1,6 mil novas vagas; Itajaí, com 1,2 mil empregos e Joinville com 1,1 mil vagas formais.

Tabela 7 - Saldo das cidades com mais de 100 mil habitantes (Santa Catarina, setembro/25)

Cidade	Saldo	Var.
Florianópolis	1.635	0,7%
Itajaí	1.293	1,0%
Joinville	1.142	0,5%
Palhoça	517	0,9%
Blumenau	511	0,4%
São José	465	0,3%
Balneário Camboriú	455	0,8%
Jaraguá do Sul	367	0,5%
Brusque	308	0,5%
Tubarão	241	0,6%
Chapecó	240	0,2%
Criciúma	180	0,2%
Lages	32	0,1%

Fonte: Novo Caged (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

Em Florianópolis, os empregos se concentram no setor de serviços, especialmente nas atividades de teleatendimento e na locação de mão de obra

temporária. Já em Itajaí, também com gerações majoritárias no setor de serviços, mas nas áreas de atividades de publicidade e nos serviços de escritório. Por outro lado, Lages foi a cidade com mais de 100 mil habitantes a apresentar o menor saldo, devido aos desligamentos na montagem de instalações industriais de estruturas metálicas.

Começando a análise pelos municípios com o saldo positivo mais elevado, conforme a Tabela 8, Florianópolis, Itajaí e Joinville lideram nos empregos de serviços. Essas três cidades já contabilizam mais da metade do total dos saldos das 10 cidades mais bem posicionadas no ranking, o que indica uma alta concentração de empregos, principalmente na região da capital catarinense. Entre as variações relativas, Itajaí se destaca com uma expansão nos estoques de empregos da ordem de 1%.

Tabela 8 - Saldos de empregos formais mais significativos em Santa Catarina
(Setembro, 2025)

Cidades	Saldo	Var.
Florianópolis	1.635	0,72%
Itajaí	1.293	1%
Joinville	1.142	0,46%
Palhoça	517	0,86%
Blumenau	511	0,36%
São José	465	0,33%
Balneário Camboriú	455	0,8%
Governador Celso Ramos	399	7,37%
Guaramirim	395	2,32%
Jaraguá do Sul	367	0,48%

Fonte: Novo Caged (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

Já em sentido contrário, conforme Tabela 9, pode-se verificar que a cidade de Jaguaruna liderou o saldo negativo de vagas de empregos formais do último mês,

seguida por São Bento do Sul e Campo Alegre. Em Jaguaruna houve um elevado número de desligamentos (-867) nas atividades de apoio à saúde, episódio não observado anteriormente quando analisada a comparação interanual. Em São Bento do Sul, na fabricação de móveis, e em Campo Alegre na fabricação de peças para veículos automotores. Tais desligamentos nessas duas últimas localidades podem estar relacionados ao impacto das políticas comerciais americanas, sendo um dos casos os dos desligamentos da empresa Artefama, uma indústria tradicional de móveis localizada na cidade de São Bento do Sul.

Tabela 9 - Saldos de empregos formais mais significativos em Santa Catarina (Setembro/2025).

Cidades	Saldo	Var.
Jaguaruna	-1.091	-11,15%
São Bento do Sul	-259	-0,89%
Campo Alegre	-168	-2,59%
Nova Trento	-104	-1,35%
Araranguá	-93	-0,5%
Alfredo Wagner	-86	-6,75%
Rio Negrinho	-85	-0,66%
Ituporanga	-65	-0,89%
Papanduva	-60	-1,45%
Ipumirim	-55	-1,71%

Fonte: Novo Caged (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

Considerações Finais

Em setembro de 2025 o mercado de trabalho formal de Santa Catarina apresentou um saldo de 11,3 mil novas vagas formais, com uma expansão nos estoques de 0,4% em relação ao mês de agosto. Quando descontados os efeitos sazonais, a

variação mensal diminui, passando para 0,2%. O setor de serviços foi responsável pela geração de cerca de 70% dos empregos formais do estado, sobretudo na locação de mão de obra temporária, as atividades de publicidade e os serviços de escritório. Em relação ao perfil sociodemográfico dos trabalhadores catarinenses, destaca-se positivamente as vagas geradas em faixas etárias de até 24 anos, com qualificação a nível de ensino médio completo, com um saldo equilibrado entre homens e mulheres. Regionalmente, evidencia-se atividades de publicidade, nos serviços de escritório e no transporte rodoviário de cargas, com concentração nas cidades de Itajaí e Blumenau. A média salarial dos catarinenses contratados apresentou uma retração 0,6%, alcançando o valor de R\$2.351,74 em setembro. A predominância de trabalhadores admitidos em faixas salariais de até dois salários mínimos e uma quantidade levemente superior de demissões em faixas salariais mais elevadas sugere a necessidade de atenção às condições salariais e à qualidade dos empregos gerados.

Referências bibliográficas

MINISTÉRIO DO TRABALHO (Brasil). Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (org.). **NOVO CAGED**. 2025. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged/>. Acesso em: 10 de novembro de 2025.

IBGE. Setor de serviços avança 0,6% em setembro, oitavo resultado positivo seguido. Agência de Notícias IBGE, s.d. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45071-setor-de-servicos-avanca-0-6-em-setembro-oitavo-resultado-positivo-seguido>. Acesso em: 15 de novembro de 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Colheita da cebola avança em SC com expectativa de aumento na produção. Estado SC, s.d. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/colheita-da-cebola-avanca-em-sc-com-expectativa-de-aumento-na-producao>. Acesso em: 25 de novembro de 2025.

EPAGRI. Exportações de carnes de Santa Catarina batem recorde histórico de receita em setembro. Blog Epagri. 2025. Disponível em: <https://blog.epagri.sc.gov.br/exportacoes-de-carnes-de-santa-catarina-batem-recorde-historico-de-receita-em-setembro>. Acesso em: 15 de novembro de 2025.

FIESC – Observatório. Indústria volta a registrar saldo positivo em setembro. Boletim de Emprego Industrial. 2025. Disponível em: <https://observatorio.fiesc.com.br/publicacoes/industria-volta-registrar-saldo-positivo-em-setembro>. Acesso em: 15 de novembro de 2025.

G1. Empresa de SC demitiu funcionários em massa após tarifação dos EUA; 80 anos de histórico de exportações. G1 Santa Catarina. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2025/09/18/empresa-sc-demitiu-funcionarios-massa-tarifaco-eua-80-anos-historico-exportacoes.ghtml>. Acesso em: 10 de outubro de 2025.